

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

**INTELECTUAIS EM AÇÃO: MOBILIZAÇÃO DAS ELITES LOCAIS NO
PLANO POLÍTICO DE CAMPINA GRANDE – PB (1950-1959)**

RAFAEL PORTO RIBEIRO

CAMPINA GRANDE – PB

DEZEMBRO, 2019

RAFAEL PORTO RIBEIRO

**INTELECTUAIS EM AÇÃO: MOBILIZAÇÃO DAS ELITES LOCAIS NO
PLANO POLÍTICO DE CAMPINA GRANDE – PB (1950-1959)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de mestre em História, na área de concentração em História, Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa: Cultura e Cidades.

CAMPINA GRANDE – PB

DEZEMBRO, 2019

**INTELECTUAIS EM AÇÃO: MOBILIZAÇÃO DAS ELITES LOCAIS NO
PLANO POLÍTICO DE CAMPINA GRANDE – PB (1950-1959)**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Rosilene Dias Montenegro (UFCG)
(Orientadora)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
(Examinador)

Prof^a Dr^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB)
(Examinadora)

RESUMO

O presente trabalho analisa as práticas políticas tomadas por um grupo de letrados identificados como uma “elite intelectual” radicados na cidade de Campina Grande – PB, durante os anos de 1950-1959, responsáveis pela elaboração de um novo projeto político-econômico a ser estabelecido na cidade. Ao perscrutar a presença da elite nos círculos de poder local é visto que a cooperação eventualmente apresenta resultados no espaço urbano, ainda que não sejam registrados os seus proponentes. Os objetivos são investigar a atuação dessa elite nas decisões dos governos municipais durante o período que é proposto, a partir de suas práticas e de seus ideais apresentados como solução para os novos problemas da cidade, à época, problematizando suas trajetórias em vida pública bem como suas propostas e consequências no cenário urbano durante e após suas execuções. Para essa pesquisa foram utilizados artigos de jornais locais, crônicas, relatos memorialistas, frequentemente produzidos pelos próprios membros dessa elite, e estudos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) que discutam o período, os personagens e os planos relevantes ao trabalho. Para a análise sobre o conceito e a delimitação a respeito de elites tomou-se como principais referências as contribuições de Bourdieu e Heinz. E para a análise sobre a dinamização das práticas políticas em uma sociedade foram utilizados os aportes teóricos da História Política referenciados em Becker, Jeanneney e Sirinelli principalmente, correlacionando-os com os livros de memórias de autoria do grupo de elite objeto do presente estudo. A análise sobre o período evidencia uma rede de interesses que envolvem a elite local com os políticos no poder, atuando para propor aos órgãos públicos seus próprios projetos para a cidade, em detrimento de projetos e grupos alternativos à sua ideologia.

Palavras-Chave: Campina Grande. Grupo de Elite. História de Elites. Memorialistas.

ABSTRACT

This paper analyzes the political practices taken by a group of literate people identified as an “intellectual elite” living in the city of Campina Grande - PB, during the years 1950-1959, responsible for the elaboration of a new political-economic project to be established in the city. By peering into the presence of the elite in local power circles, it is seen that cooperation eventually yields results in urban space, even if its proponents are not registered. The objectives are to investigate the performance of this elite in the decisions of municipal governments during the proposed period, from their practices and their ideals presented as a solution to the new problems of the city, at the time, problematizing their trajectories in public life as well as its proposals and consequences in the urban scenario during and after its executions. For this research we used articles from local newspapers, chronicles, memorialist accounts, often produced by members of this elite, and academic studies (articles, dissertations and theses) that discuss the period, the characters and the plans relevant to the work. For the analysis of the concept and the delimitation regarding elites, the main references were the contributions of Bourdieu and Heinz. And for the analysis on the dynamization of political practices in a society, the theoretical contributions of Political History referenced in Becker, Jeanneney and Sirinelli were used mainly, correlating them with the memory books authored by the elite group object of the present study. The analysis of the period reveals a network of interests that involve the local elite with the politicians in power, acting to propose to the public agencies their own projects for the city, to the detriment of projects and groups alternative to their ideology.

Keywords: Campina Grande. Elite group. Elites history. Memorialists.

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1.0 CAMPINA CINQUENTISTA: A(S) VIRADA(S) DA DÉCADA.....	20
1.1 ASSUMINDO O PROTAGONISMO.....	29
2.0 UM PROJETO PARA CAMPINA GRANDE: A EDUCAÇÃO COMO RESPOSTA	38
2.1 A OPÇÃO PELO DESENVOLVIMENTISMO	41
2.2 A EXECUÇÃO DO PROJETO.....	46
3.0 O PRIMEIRO PROJETO DA ELITE: A ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA.....	50
3.1 – CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA.....	51
3.2 – A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA SOBRE A ESCOLA POLITÉCNICA	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
FONTES:.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO

Caminhar pelas ruas de Campina Grande e observar seus monumentos, suas placas, seus locais destinados à cultura (como museus, teatros, cinemas) é se expor a uma *narrativa* sobre a urbe. Tais espaços contêm uma parcela da memória da cidade, ainda que produzidas em tempos diferentes, a proposta parece ser a mesma: O antigo museu Assis Chateaubriand, foi fundado em 1967, homenageia o jornalista natural de Umbuzeiro – PB. O Teatro Municipal carrega o nome de Severino Bezerra Cabral, prefeito da cidade de 1959 até a inauguração do teatro em 1963. Outro ex-prefeito, Elpídio de Almeida (no cargo durante os anos de 1947-1951 e 1955-1959), dá nome ao colégio fundado em 1950 no bairro da Prata.

Como cidadão, apreciador de caminhadas e historiador, essas escolhas me chamaram a atenção. A cidade apresenta seus *monumentos*¹ em locais de visibilidade privilegiada, transmitindo o discurso de que tais pessoas merecem ser lembrados pelas suas contribuições ao local. Certos questionamentos me vieram à mente logo que iniciei meu percurso na graduação em História, em 2011: seriam esses locais também objetos de análise pelo historiador? O que o nome de uma escola ou de um museu representaria para um estudioso da cidade?

Esses questionamentos me foram respondidos no decorrer de minha formação e posterior especialização: Os espaços podem ser investigados se considerados como documentos históricos, partindo do pressuposto que a definição de documento vai além do “texto escrito”, e considera também como tal, segundo Febvre (1949, p.428), “tudo que pertencendo ao homem (...) exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (apud LE GOFF, 2013, p. 490).

Os nomes, por sua vez, evidenciam a tentativa de endossar um discurso com a finalidade de tornar aquela narrativa a oficial, efetivando assim os símbolos representantes dos detentores de poder político e/ou econômico. Não por acaso, os homenageados escolhidos são personalidades próximas aos mandatários da época, quando não optam por eles próprios para comporem a memória da cidade. De acordo com Pierre Bordieu (1989), essa prática demonstra-se estruturante de

¹ A estrutura erguida com objetivo de perpetuar a memória de acontecimento(s) ou personalidade(s) é definida por LE GOFF (2013) como monumento, ou um “sinal do passado” (p. 486). A definição de monumento, porém, também se estende a uma coleção de documentos organizados em forma de acervos, ou, de maneira mais abstrata, a uma organização consciente de materiais com o objetivo de compor uma memória coletiva.

símbolos, com a finalidade de perpetuação do poder simbólico sobre as demais classes sociais.

Observando a predominância de certas datas e nomes na cidade, passei a analisar Campina Grande com mais cautela; procurei entender como ela poderia ser investigada, e quem já o fez antes de mim, e sobre qual temporalidade escreveram. Escritos sobre Campina Grande durante o século XX são acessíveis e numerosos, com produções de professores e ex-professores de história da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG frequentemente figurando entre as bibliografias sugeridas. Pude me aprofundar no estudo sobre essa cidade ao ingressar no Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande² em 2012, o que me facilitou o acesso aos estudos que descrevem a cidade durante as décadas de 1950 e 1960 – quando da instalação das primeiras instituições de ensino superior.

A ênfase nas transformações percebidas durante essas duas décadas me chamou a atenção. É dito, em trabalhos sobre esse período, que em 1950 se dá início a um plano para a implementação de instituições de ensino superior no local³ que recebe apoio do então prefeito Elpídio de Almeida, que por sua vez articula junto à comunidade civil com o Governo do Estado e com a União para a execução do projeto. A aparente consonância de interesses entre os envolvidos me motivou a pesquisar quem eram as lideranças e os proponentes desse projeto, e a primeira resposta encontrada os definiam como “elites dirigentes” (SOUZA DO Ó, s/d, p.13). A partir dessa leitura, passei a indagar o que estava sendo considerado como elite.

O verbete no dicionário referente a “elite” se remete a uma condição social privilegiada. A descrição que cabe ao conceito é “O que há de melhor numa sociedade, o escol, a flor, a nata.”⁴, é também um termo “referente ao que existe de melhor numa comunidade, sociedade ou grupo”.⁵. Percebe-se, portanto, que o conceito de elite é relacionado a um contexto social que pressupõe a divisão entre classes, sendo essa reconhecida como uma subdivisão da sociedade que comporta os privilegiados no sentido econômico. Entretanto, os conceitos extraídos do

² O referido Projeto existe desde 2004 vinculado ao curso de História da UFCG. Criado e Coordenado pela Professora Titular em História, Dra. Rosilene Dias Montenegro, o projeto vem há 15 anos investigando a história da Ciência e Tecnologia na cidade, através da pesquisa com fontes documentais, orais e imagéticas.

³ De acordo com o que é descrito por Edvaldo de Souza do Ó em seu livro **Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande** (s/d), é nesse ano que se iniciam as discussões para a criação de uma faculdade financiada pelo poder público em Campina Grande.

⁴ Disponível em: <http://www.dicio.com.br/elite/> acesso em 27/09/2019.

⁵ Disponível em: http://www.lexico.pt/elite_2/ acesso em 27/09/2019.

dicionário não são suficientes para uma análise mais aprofundada sobre essa parcela da sociedade, que se mostra presente no cenário histórico em questão como protagonistas de discussões ideológicas que vêm a influenciar os trajetos da política campinense.

O termo “elite” pode ser utilizado para identificar o agrupamento dos mais ricos e suas organizações políticas e sociais; frequentemente unificando as opiniões e atitudes dessa classe social, dando a entender que é sempre um grupo homogêneo e conservador, tanto politicamente quanto socialmente. Os discursos produzidos sobre a elite revelam a necessidade de trabalhos que problematizem esse conceito, observando seus usos para definir grupos sociais contemporâneos ou passados. Trabalhos com tal enfoque podem ser encontrados na historiografia brasileira, e servem como apoio para a análise desses mesmos grupos em um âmbito local.

As interpretações sobre as elites nos casos brasileiros herdam da tradição marxista⁶ a prática de agrupá-los sob a definição de *classe dominante*, enfatizando suas atividades como consequência da organização em uma classe detentora dos meios de produção. Sendo integrantes dessa classe, a elite detém das ferramentas para organizar os sistemas de suporte ao capitalismo. Nos trabalhos especificamente sobre elites brasileiras, a tendência se apresenta similar, sendo essa elite estudada levando-se em conta os vínculos familiares que permeiam o grupo, com a formação da classe dominante condicionada a essa dinâmica. Essa experiência é também sentida no âmbito paraibano e campinense, com as elites urbanas e rurais tendo suas fundações em grupos familiares anteriores.

Exemplos de trabalhos que estudam as elites se encontram em maior número nas análises dos processos que culminam na chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1934 e na articulação para a instalação da Ditadura Militar a partir de 1964, iniciada após a deposição do então presidente João Goulart. Os estudos remetem à frequente organização desses grupos para a tomada do poder, assumindo o protagonismo a fim de perpetuar a influência nas mais importantes áreas políticas da república. No caso da articulação pró-Getúlio, o apoio se condicionou às situações

⁶ Tal método de análise serve de base inclusive para os trabalhos de Pierre Bourdieu. Segundo WACQUANT (2013), a abordagem de Bourdieu aglomera, simultaneamente, a análise de Marx a respeito das classes sociais em relações materiais de poder e a perspectiva de Weber sobre a “potência do Status como distinções sociais percebidas” (p. 96).

locais, evidenciando o protagonismo das oligarquias⁷ regionais e da ruptura entre elites políticas de estados diferentes, ainda que semelhantes na origem material de seu poder (CODATO, 2011), enquanto que nas análises acerca do contexto histórico de 1964, as elites políticas, alteradas em sua composição desde o período pré-Estado Novo⁸, são apresentadas como atuantes diretas do golpe consumado entre março e abril daquele ano, no que é chamado por DREIFFUS (1981) de golpe civil-militar, devido ao apoio dos segmentos da sociedade civil constituída pelas elites políticas e econômicas.

A participação de diversos grupos regionais no cenário nacional, negociando indicações e organizando a sua manutenção no poder, reflete no *modus operandi* durante os primeiros anos de República brasileira, que atribui controle fiscal e policial aos presidentes dos estados além de assegurar a não-intervenção do poder federal em assuntos locais. Os presidentes estaduais passavam a escolher os próprios sucessores em troca de apoio político ao Presidente da República, que por sua vez respeitava a autonomia dos estados em questões político-econômicas. A consequência desse acordo local-nacional é a legitimação pelo Estado do poder regional.

Nesse primeiro contexto, identificamos uma *elite dirigente* responsável pela perpetuação das suas práticas: os grupos familiares que apoiam o governo republicano e intervêm por uma participação maior em políticas nacionais. Negociam concessões com outros grupos (que compõem o governo central) enquanto exigem a soberania do poder local.

A discussão sobre as elites brasileiras tem ganhado força nos últimos anos devido aos rumos políticos tomados desde 2016, quando do *Impeachment*⁹ da então Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), coordenado por representantes políticos vinculados a interesses neoliberais. As análises a respeito do processo evidenciam uma participação massiva de uma elite não alinhada ao método de governo de Dilma, e do Partido dos Trabalhadores (PT), que se mobilizaram através do poder

⁷ O termo “oligarquia” é usado para definir simultaneamente o regime político característico pelo poder concentrado em grupos reduzidos, reunidos através de interesses em comum, e os próprios grupos que irão compor a organização governamental após a instalação do sistema.

⁸ Chamada de “elite empresarial”, o grupo reúne então, além dos latifundiários, empresários e industriários, planejadores da tomada do Estado através dos militares.

⁹ Sinônimo de “impedimento” ou “impugnação”, o Impeachment é, para a democracia republicana, um processo legal instaurado contra uma autoridade do poder executivo ou judiciário baseado em crime de responsabilidade, cuja sentença culmina na retirada dos poderes do acusado.

legislativo para dar continuidade e enfim concluir o processo, colocando o vice-presidente, Michel Temer, (2016-2018) no cargo.

Ao assumir o poder, Temer age em direção oposta ao governo de seus antecessores, flexibilizando leis trabalhistas e abrindo a proposta para uma reforma da Previdência Social¹⁰, reduzindo assim a participação do Estado na economia e seguridade social. As transformações sentidas durante esse período ressoam nos estudos das ciências humanas, com pesquisadores afirmando, por exemplo, que o processo de *Impeachment* foi uma manobra jurídica característica como golpe de estado, orquestrado por grupos da elite brasileira, como nos diz o mestre em Direito Alfredo Canellas (Universidade Estácio de Sá) em artigo de 2016:

Grupos da elite brasileira que elucubram encontrar a solução para os problemas econômicos e/ou políticos atuais, afirmam esse entendimento ao se voltarem para alamedas estranhas à legitimidade, ou seja, se curvam para o encontro de soluções contrárias à soberania popular, tal qual a história brasileira registra. Comporta dizer, o emprego de procedimento judicial penal com o desiderato calculado de derruir o governo eleito se descortina como mais um ensaio arbitrário dessa história. (SILVA, Alfredo Canellas Guilherme. 2016)¹¹.

A discussão levantada por Alfredo Canellas remete a uma organização entre os grupos de elite para a execução de um projeto de poder visando resolver problemáticas sentidas por toda uma sociedade. O processo de organização, porém, é forçadamente reservado a essa elite, segundo o autor, que se faz presente ao longo da história do Brasil, como solucionadores de uma crise vivenciada.

A temática de “elites tomando o poder” para a “resolução de problemas urgentes e/ou emergentes” é comum em análises contemporâneas, vinculando um grupo dominante e seu desejo pela permanência no poder com a prática de organização política com o interesse explícito de tomar a dianteira dos debates acerca das situações críticas enfrentadas.

No mesmo caminho que Canellas, encontramos o trabalho do sociólogo potiguar Jessé José Freire de Souza (UFABC), intitulado “A elite do atraso: da

¹⁰ Programa de Seguro Público de participação obrigatória executada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

¹¹, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48557/o-poder-judiciario-e-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil> acesso em 27/09/2019).

Esclavidão à Lava-Jato”, publicado em 2017, que discute a formação inculcada do discurso de que o problema maior do país se resume à corrupção. Em seu trabalho, Souza procura também historicizar essa formação, recorrendo às produções historiográficas de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e apresentando a instrumentalização desse discurso, atendendo a interesses específicos dessas elites:

Do mesmo modo, de nada adianta nossa elite do dinheiro construir uma concepção de país e de nação para viabilizar seus interesses venais se a classe média e a população como um todo não for convencida disso. É aí que entram os intelectuais com seu prestígio e a mídia com seu poder de amplificar e reproduzir mensagens com duplo sentido: mensagens que fazem de conta que esclarecem o mundo como ele é, mas que, no fundo, existem para retirar das pessoas toda compreensão e toda defesa possível. (SOUZA, Jessé José Freire. **A Elite do Atraso: da Esclavidão à Lava-Jato**, Rio de Janeiro, Leya:2017, p. 20).

Para Souza, o processo de tomada do controle das ações no poder público perpassa pelo apoio da mídia e também de intelectuais, que legitimam o discurso necessário ao plano de poder, evocando principalmente o discurso de “resolução de problemas” e cooptando as outras camadas da sociedade para seu lado.

A perspectiva a respeito da onipresença das elites na história brasileira de Jessé de Souza tem semelhanças com a de Alfredo Canellas, onde ambos discutem, sem se apegar às temporalidades, as interferências anteriores e estratégias semelhantes utilizadas por essas elites ao longo do tempo. Percebendo então a necessidade de interpretação histórica aliada à sociológica, decidi por pesquisar o assunto, concentrando-me nessas chamadas elites e suas práticas, especificando o recorte espacial e temporal a fim de viabilizar o estudo. Julguei relevante o estudo acerca da elite, pois os trabalhos que se dedicam a analisar suas práticas, motivações e formações evidenciam uma complexidade passível de aprofundamento, revelando uma conexão a ser estudada entre os processos políticos de Campina Grande e as elites locais, que encaminharam projetos político-econômicos almejando superar as dificuldades encontradas na cidade à época.

Campina Grande é uma cidade cujo desenvolvimento econômico esteve vinculado, durante a primeira metade do século XX, às práticas de comercialização

de produtos agrícolas, especialmente o algodão, particularidade esta responsável pela formação de sua população, sendo atrativo para um significativo contingente populacional vindo de outras cidades do Estado da Paraíba e outras localidades, em busca de progresso e prosperidade econômica. A prática comercial torna-se atrativa para comerciantes que se fixam em Campina Grande a fim de aproveitar as facilidades do centro urbano em formação. Estes mercadores, cujas atividades representavam a maior parte da arrecadação tributária da cidade, adquiriram prestígio com a sociedade local ao se fazerem presentes no cotidiano local, ocasionalmente, também se envolvendo em embates políticos decorridos de campanhas eleitorais, que até então eram protagonizadas pelas representações oligárquicas. Junto ao crescimento populacional, surgem os problemas de natureza urbana, como o aumento da criminalidade, a marginalização dos habitantes menos providos economicamente e a demanda por empregos, que se apresentam insuficiente para esse maior número de pessoas que agora vivem na urbe.

Existe um número considerável de trabalhos acadêmicos sobre a cidade de Campina Grande, ou situados nela. É possível afirmar que há uma significativa historiografia envolvendo a referida cidade, e que essa historiografia está em constante desenvolvimento. As propostas de se traçar uma história de Campina Grande por outro lado, aparecem décadas antes da organização formal de um curso de historiadores na cidade, sendo coordenadas por letrados que se debruçaram sobre documentos e narrativas locais para identificarem a trajetória urbana.

Compreendemos o esforço destes letrados como culminantes na criação de uma memória sobre a cidade, com documentos por eles organizados em uma narrativa linear sobre Campina Grande que descrevem, de maneira menos crítica e mais descritiva, as extensões de tempo estudadas em seus documentos. Esta prática entra na definição dada por LE GOFF (2013, p. 485) do que é considerada uma memória coletiva: a separação consciente do que se deve ser lembrado a partir de documentos e seus conjuntos, independentemente de uma aplicação teórico-metodológica sobre o que se é analisado.

O interesse em uma História de Campina Grande é demonstrado com esses trabalhos, chamados de memorialistas, distintos em método e conteúdo de uma obra histórica: enquanto os esforços memorialistas não se detêm a analisar criticamente suas fontes, por exemplo, o historiador se depara com a necessidade de questionar os seus materiais de ofício – a fim de evitar a simples reprodução de uma narrativa

linear pré-estabelecida e já reconhecida nestes mesmos documentos (CERTEAU, 1982, p. 56). A pesquisa realizada por esses autores, ainda que não tivessem sido orientadas por um crivo acadêmico, é de contribuição extensa para posteriores trabalhos, levando em conta que não temos em mãos trabalhos de história, mas sim, propostas de recuperação, preservação formação da memória. Dentre os autores memorialistas que falam de Campina Grande, chama-nos a atenção o médico e prefeito por duas ocasiões Elpídio de Almeida (1893-1971), autor de *História de Campina Grande* e o escritor Epaminondas Câmara (1900-1958), autor de *Datas Campinenses*.

Almeida e Câmara despontam pela produção de obras que objetivavam traçar um panorama geral da localidade, abrangendo o período desde o assentamento pelo sertanista Teodósio de Oliveira Lêdo, em 1697 até os dias vividos pelos autores, evidenciando fatores relevantes para a formação do centro urbano que então se desenvolvia. Por essa proposta generalista de coleção de fatos, esses trabalhos se dispõem como referências para pesquisas de história sobre a cidade.

A respeito destes trabalhos, é possível afirmar que se dedicam a elaborar uma narrativa acerca do trajeto de Campina Grande enquanto cidade, enfatizando nas atividades comerciais que movimentam a economia e colocam a localidade em contato com centros urbanos maiores. Como veremos a seguir, os esforços empenhados por Câmara são apresentados de maneira a entender uma suposta “vocação” para a região, consequência de características geográficas.

Com a possibilidade do estudo sobre Campina Grande alavancado por essas primeiras obras memorialistas, há um crescente interesse em olhar o passado da cidade, multiplicando-se as obras que tratam dos aspectos urbanos do interior paraibano. As características dessas análises nos revelam as problematizações acerca da história local, como no caso do exemplo supracitado: a vida urbana no município é priorizada nas análises documentais, ainda que até o começo do século XX a maioria da população campinense vivesse no campo¹².

É definido por esses historiadores o primeiro contexto histórico campinense: uma vila cujas principais atividades são a agropecuária e o serviço a rotas comerciais, onde os interesses dos fazendeiros e proprietários de terra locais prevalecem sobre qualquer outra proposta, direcionando assim o desenvolvimento

¹²<http://memoria.org.br/pub/meb000000362/censo1950vol16t1pb/censo1950vol16t1pb.pdf> página 64. Acesso em: 14 ago. 18.

local, que passa a ser controlado e voltado para a prática rural. O tema de “cidade do comércio” é recorrente no trabalho de Epaminondas Câmara, é graças às transações comerciais ocorridas no espaço que este pode se desenvolver, atraindo uma maior população seduzida pelas oportunidades no comércio, que por sua vez procuram aprimorar o local em que se fixam de acordo com os seus próprios interesses, ao mesmo tempo em que, detendo os produtos e os meios de comercialização, mandam, de fato no mercado da região.

Os anos iniciais da história de Campina Grande são vistos em retrospecto pelo autor como um período considerado pré-urbano, evidenciando uma perspectiva linear da história, assim como uma hierarquização do formato organizacional da cidade, onde o período mais relevante da história da região passa a ser o de maior experiência urbana em detrimento da vivência rural.

Os trabalhos de Câmara e Almeida que se aproximam do século XX apresentam Campina Grande como urbana *de facto*, ainda que maculada por contradições, pois, enquanto cidade influente no contexto estadual que se apresenta como um cenário crucial para o controle do poder em todo o estado, não possui representações diretas na capital, mas sim o contrário: lideranças externas com influência no campo detém o poder político. Como reação a essas práticas, alianças e concessões são feitas para a manutenção das estruturas locais, ora ignorando acordos realizados por agentes externos, ora acatando-os em prol da manutenção no poder.

Após 1930 Campina Grande passa por um período de crescimento populacional acelerado, acarretando na condição de uma cidade predominantemente voltada para a vida urbana, figurando, novamente segundo as narrativas memorialistas como entreposto comercial, sendo considerada um ponto de parada propício para os comerciantes em trânsito, atraindo para si práticas econômicas que suportam a posição de “ponto de parada” das caravanas, como serviços de hotelaria e transporte. As transformações que levaram Campina Grande a despontar no cenário político e econômico do Estado contribuía para a narrativa de que a cidade viveria do comércio e de práticas a esse relacionadas.

Enquanto crescia a cidade, simultaneamente as mazelas associadas à vida urbana também passavam a ser sentidas, e as ruas centrais, empregadas principalmente à atividade comercial, demonstravam-se indesejadas aos olhos dos próprios habitantes. Vemos como exemplo de articulações políticas das elites a

primeira proposta de solução para os “problemas” de Campina Grande, já durante o primeiro mandato do prefeito Vergniaud Wanderley¹³, nomeado prefeito por duas vezes. Foi executada uma reforma urbana aplicada através de decretos e leis municipais, a fim de reformular o centro da cidade, que obedeceria agora aos moldes dos interesses de Wanderley e seus apoiadores: ruas alargadas, casas irregulares removidas e a paisagem citadina agora repensada, em prol de atender aos interesses de razão econômica e social demandados pelos seus apoiadores (SOUSA, 2003).

A especificidade da análise sobre Campina Grande, portanto, se apresenta a partir da situação em questão: o surgimento de um grupo sem vínculos anteriores com os já estabelecidos reivindicando um espaço ante às elites presentes, logo assumindo um espaço cativo ao lado destes, que, com o receio de serem substituídos no jogo do poder, articulam-se para sua manutenção, a fim de resolver à sua maneira os novos problemas enfrentados pela sociedade campinense, tornando-se bem-sucedidos na intervenção proposta no centro citadino.

O espaço político desses comerciantes, também afetados pela reforma de Wanderley, passa a ser considerado através de alianças com outros setores da sociedade, como profissionais liberais e proprietários de terra, dois grupos influentes no contexto local campinense, organizados em coligações partidárias. É a partir desta aliança que se torna possível a eleição de Elpídio Josué de Almeida, nome proposto por seu parente e representante das oligarquias rurais José Américo de Almeida, liderança política no estado, como “conciliador” representante também dos grupos urbanos reconhecidos como uma “elite” na cidade. A primeira eleição na qual concorre para prefeito, em 1947, é disputada contra o major Veneziano Vital do Rêgo, nome sugerido por outra liderança oligárquica do estado da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, que optou por não formar alianças para o processo eleitoral. A derrota do candidato de Argemiro representa a necessidade das concessões às elites urbanas da Campina Grande dos anos de 1950 – tamanha a importância desses acordos se evidencia quando os mesmos grupos saem vitoriosos na eleição seguinte, com Plínio Lemos (1952-1954), e a posterior reeleição de Elpídio, em 1955.

¹³ Prefeito da cidade de Campina Grande durante os anos de 1935-38 e 1940-1945.

Concomitantemente com as articulações das elites para continuarem como mandatários reais da cidade, também ocorrem os processos para a estruturação de uma narrativa que atenda aos interesses próprios, a fim de legitimar as interferências desse grupo nos processos urbanos, fazendo uso do poder simbólico.

No primeiro capítulo apresentamos as principais referências e definições utilizadas como instrumento de análise para o grupo de elite, objeto da análise do presente trabalho, além de estudar os discursos preparados sobre Campina Grande e compreendendo-os como produto de uma produção com o objetivo de legitimação de uma narrativa produzida pela elite. Levamos em consideração a situação da cidade como cidade estratégica para o cenário político da Paraíba e também reflexo de práticas dos centros urbanos mais extensos, associando-os às discussões presentes dentro dos grupos a respeito de uma suposta aptidão a ser aproveitada pelos cidadãos. Compreendemos que uma análise do cenário local na década de 1950, enfatizando os nomes e grupos à frente da administração política e nas associações civis nos ajudará a elucidar os caminhos do poder que culminaram na efetivação das elites urbanas como integrantes diretos e indiretos dos governos municipais. A essa situação de Campina Grande como centro das atenções no interior do estado, acrescenta-se o apontamento de lideranças internas para o interperlo em esferas de poder além da cidade.

No campo da História o estudo acerca das elites começa a partir da interpretação sociológica do termo: a classe dominante no estrato social que é composta por empresários, industriários e latifundiários. A definição, que vem desde Weber, popularizou-se nas pesquisas que interpretam a sociedade principalmente através de Pierre Bourdieu (WACQUANT, 2013, p. 96). Segundo o sociólogo francês, esses grupos trabalham de maneira ativa para a continuidade de sua dominação ante aos outros grupos, usando da capacidade econômica adquirida das desigualdades sociais inerentes ao sistema em que estão inseridos (BOURDIEU, 1989, p.9-10). A prática destacada por Bourdieu de erguer sistemas simbólicos consiste em, dentre outras ações, incorporar outros segmentos sociais desejados para comporem o seu grupo, nos mais variados papéis. Neste trabalho, analisamos uma elite enrobustecida pela cooptação de intelectuais da região e realçada pela participação ativa nos projetos políticos elaborados em Campina Grande. Para a historiografia, “intelectual” é um termo que se remete a um grupo social dinâmico sem uma definição clara de posição política, econômica ou social, sendo reunidos

sob suas práticas culturais e acadêmicas – e o uso delas para o engajamento na sociedade. A definição torna possível encontrar os ditos intelectuais em várias camadas socioeconômicas, com posicionamentos distintos e até antagônicos (SIRINELLI, 2003, p. 242-243).

No segundo capítulo, evidencio a formação e inspiração intelectual da elite campinense, enfatizando as preferências ideológicas e suas relações com os projetos propostos, sugeridos à época, observando a ênfase em investimentos públicos no ensino na cidade, a nível primário, secundário e superior. Buscamos também compreender como se dão as relações políticas que permitem a coexistência de tantos grupos distintos na mesma sociedade – sem que uma anule totalmente a outra, ainda que um grupo inevitavelmente se mostre mais influente que outro. Partindo da interpretação dos discursos criados sobre esse grupo, disponíveis nas fontes trabalhadas, apresentamos os espaços por eles preenchidos e suas redes de sociabilidade, através do mecanismo de organizações civis – predominante no contexto local. Também analisamos o apoio a esse grupo de elite realizado pelos grupos dominantes aos projetos propostos, reunindo a opinião pública endossada pela mídia, prática comum às articulações das elites em outros contextos históricos.

No terceiro capítulo, buscamos analisar mais detidamente a atuação do grupo de elite, enfatizando na organização que culmina na construção da primeira instituição de Ensino Superior na cidade em 1952, a Escola Politécnica da Paraíba. A análise se dá através do estudo das articulações realizadas pelo grupo e sua execução prática que usa como meio o aparato do Estado. Enquanto governos autoritários concentram o poder e reduzem a esfera de participação civil a um número escolhido de apoiadores, mandatos mais democráticos são povoados por participações plurais, sendo susceptíveis a cooptação por um ou outro grupo apoiador. Tendo em mente a perspectiva de que discursos antagônicos existem diante de qualquer contexto histórico, cabe elucidar – a fim de identificar, os planos políticos propostos por essa elite, bem como os planos alternativos, e suas justificativas para a sua execução ou não.

À guisa de Conclusão, reservamos nossas considerações finais para a reflexão acerca das respostas obtidas e daquelas perguntas que podem ser realizadas a partir dessa pesquisa, procurando servir como contribuição para a

discussão sobre as elites de Campina Grande, da Paraíba e do Brasil como propositoras singulares de um projeto de sociedade.

CAPÍTULO 1

CAMPINA CINQUENTISTA: A(S) VIRADA(S) DA DÉCADA

Já no fim da década de 1940, o comércio de algodão demonstra-se a principal atividade econômica em Campina Grande, dinamizando o comércio local com o alto número de insumos a serem negociados. Essa constante prática comercial altera a arquitetura na cidade, com cada vez mais casas, galpões e armazéns sendo erguidos, atendendo às demandas da lógica capitalista que se formava. O centro da cidade é tomado por essas novas estruturas, e as práticas comerciais exigiam cada vez mais espaço para o trânsito de mercadorias. Este é o cenário urbano presenciado pela população campinense quando a proposta de reforma urbana pensada por Vergniaud Wanderley¹⁴ começa a ser aplicada.

A reforma urbana executada por Wanderley, concluída ao fim do seu segundo mandato, afetou diretamente toda a população que vivia seu cotidiano no centro da cidade, e foi sentida não só pela população carente, expulsa das habitações precárias e tendo suas moradas derrubadas, mas também pela população de maior poder aquisitivo, que também perdia suas propriedades sem a possibilidade de indenização, através de uma mobilização mais autoritária, característica do período.

O processo eleitoral para a prefeitura de Campina Grande em 1947, que sinaliza o fim do mandato de Wanderley, diferencia-se dos anteriores por ter sido o primeiro pós-Estado Novo varguista, quando os prefeitos eram nomeados pelo governo central. A nova experiência democrática traria à tona demandas populares, mobilizações sociais e acordos políticos em prol do controle do poder. Característica dessa eleição, também foi a primeira vez que a população campinense pôde votar diretamente para prefeito, situação até então inédita para o município.

A campanha colocou frente a frente Elpídio de Almeida e Severino Bezerra Cabral, então Deputado Estadual. A posição de Elpídio como médico e intelectual se demonstrou mais aprazível para a população votante que o carisma de Cabral, que se apresentava com características distantes de um letrado como seu rival. O apoio a Elpídio passa a ser um apelo à Campina Grande voltada para a educação de seus

¹⁴ Vergniaud Borborema Wanderley foi prefeito de Campina Grande em duas oportunidades: de 1935 até 1938, e de 1940 até 1945. Nas duas ocasiões, pôs em prática um processo de reforma urbana higienista nos moldes das reformas ocorridas em grandes cidades no Brasil do começo do século XX.

habitantes, e com a premissa de um mandato voltado para o incentivo ao ensino, o médico vence o pleito, assumindo em 1947 o cargo de prefeito.

A possibilidade – e eventual necessidade da elite de reunir intelectuais e interferir oficialmente nos assuntos da Prefeitura Municipal são melhores compreendidas através da análise do contexto histórico que Campina Grande e região estavam inseridos. Esse contexto era o de que estava ocorrendo um momento de experiência democrática no país, onde intelectuais, letrados e industriários, identificados como compondo uma “elite urbana”, eram recrutados como proponentes de programas de governo, inspirados em interesses particulares e perspectivas que procuram compreender a sociedade e a necessidade do progresso. Enquanto estes grupos expandem suas influências, o Estado se apresenta como interessado em contribuições de selecionados grupos civis, almejando uma conciliação entre as camadas sociais que compõem a população.

Em busca de respostas para novas problemáticas, ao mesmo tempo em que procuram manterem-se no poder, a classe política recorre ao recrutamento de especialistas e técnicos formados, que são apontados como solução administrativa diante de um método desgastado. Segundo Ângela de Castro Gomes (1994):

Esse raciocínio – até hoje vigente em discursos da elite ilustrada e em falas do senso comum da população brasileira – estabelece uma dicotomia “natural” entre *políticos* e *técnicos*. Por essa dicotomia, a despeito da importância e do tamanho do aparelho de Estado no Brasil – ou talvez por isso mesmo – os *políticos* são identificados como “profissionais da política” avessos à realidade nacional, quer por falta de preparo, quer por falta de caráter. Em oposição a eles, constrói-se a figura do “técnico”, do “administrador” que, por sua formação específica de alto nível, por seu “isolamento” da política e por sua “neutralidade”, é capaz de romper com o “atraso” e criar riqueza. Ou seja, se nosso mal é político, sua solução reside, com frequência, na criação de uma administração que resolva problemas basicamente sócio-econômicos, o que requer um “saber técnico” definido ao mesmo tempo e de forma interativa como um saber especializado e despolitizado. (p. 1-2).¹⁵

A dissociação entre o político e o técnico permite que as duas figuras sejam tratadas antagonicamente: diante da ineficiência do tradicional político, apresenta-se a necessidade de se recorrer ao intelectual, de saber técnico ou prático, para gerir o Estado e administrar as suas ineficiências. Apesar da diferença entre os métodos, os

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro (Coord.) **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

dois grupos atendem aos mesmos interesses, compartilhando frequentemente dos mesmos objetivos.

Essa prática é executada em Campina Grande a partir da proposta do nome das elites para concorrência às eleições de 1947, Elpídio de Almeida: através de diálogos entre os grupos, que apoiam o político como um “conciliador” entre duas facções conflitantes na cidade, cada vez mais influentes. De acordo com Martha Lúcia (2000):

Médico com atuação na cidade há várias décadas, o Dr. Elpídio tinha uma boa penetração nos meios populares. Por outro lado, a sua formação liberal aparecia para as camadas urbanas da cidade (comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciários, etc.) como condição importante para promover as mudanças que pretendiam, ligadas a uma maior racionalização da administração municipal” (2000 p. 83)¹⁶.

O nome de Elpídio atenderia simultaneamente às necessidades tanto das oligarquias rurais quanto das novas elites urbanas, enquanto que o próprio médico, considerado um intelectual – e portanto mais distanciado da política de seus antecessores, também se apresentava como uma figura respeitada entre as camadas populares. O acordo teve em mente a reunião de um grupo heterogêneo de políticos e intelectuais locais sob a liderança do médico, reconhecido como apoiador da causa da educação na cidade.

Representante dos interesses da elite urbana, Elpídio de Almeida concentra seus esforços enquanto prefeito da cidade na crescente organização burocrática, a fim de tornar possível uma participação maior da sociedade civil na administração municipal. Suas práticas refletiam as demandas das elites que apoiavam o prefeito, visando, além da modernização dos serviços oferecidos pelo município, a cooptação das classes menos favorecidas. Sobre as práticas de Elpídio, Martha Lúcia (2000) comenta:

Durante o seu governo, Elpídio, atendendo às reivindicações das camadas médias urbanas, propiciou a modernização da estrutura urbana, desapropriando terrenos e casas para atender a esta finalidade, racionalizou o sistema tributário do município e regulamentou o imposto sobre a indústria e profissões, que seria arrecadado pela prefeitura. Atendeu antiga aspiração dos servidores municipais, instituindo o salário família para os mesmos e o abono natalino. Iniciam diligências para dotar de luz elétrica as sedes dos

¹⁶ ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro, **A ciranda da Política Campinense: 1945/1964**. P. 79-99. in: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000.

distritos, atendendo reivindicações de políticos com base nestas sedes, construiu a Maternidade Municipal, atendendo às necessidades das camadas mais pobres. Estabeleceu uma relação amistosa com as formas organizativas que começavam a aflorar, isentando de imposto predial o prédio do Sindicato dos Empregados do Comércio de Campina Grande, autorizando subvenções ao Centro Estudantil Campinense e dispensando a dívida do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários. Incentivou as obras assistencialistas aumentando a subvenção para o asilo de São Vicente de Paula e doando terreno para a construção da casa da criança Dr. João Moura. Procurou atender às necessidades de obras infra-estruturais, do Comércio e da Indústria, contraindo empréstimos para remodelar o serviço de energia elétrica. Criou o Serviço de Estrada e Caminhos (SEC), órgão técnico subordinado diretamente ao Prefeito. (2000 p. 85-86)¹⁷.

A prática de atribuir à iniciativa estatal o incentivo às organizações civis irá se repetir durante toda a década de 1950, objetivando atrair os grupos de intelectuais e demais proponentes de planos políticos para as fileiras de apoiadores do próprio estado, recrutando cada vez mais “técnicos” para a equipe de “políticos”.

Entender quem são os proponentes desses projetos que mudam a face da cidade e o que os motivaram é pertinente para a análise desses grupos em seus espaços de tempo, além de fornecer uma justificativa plausível para as mudanças sociais que ocorrem em consequência das práticas, ideologias e mobilizações dos grupos capazes de cooptarem outros grupos em prol de interesses próprios ou mútuos.

1.1 NOVOS TEMPOS, NOVAS OCUPAÇÕES: OS GOVERNOS DE ELPÍDIO E PLÍNIO

O grupo de Elpídio, agora no poder, apresenta projetos para os novos problemas urbanos, consequências das posições políticas que originaram as propostas postuladas anteriormente. Esses atores do cenário político são prontamente endossados pelo governo oficial, que visa reunir forças representantes de suas bases apoiadoras, a fim de conciliar os grupos políticos que a compõem. O método de atuação das elites urbanas na cidade é proliferação de associações livres, ainda que vinculadas a ou mantidas pela prefeitura municipal.

¹⁷ ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro, **A ciranda da Política Campinense: 1945/1964**. P. 79-99. in: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000.

As transformações sentidas na cidade durante a Era Vargas e o processo de redemocratização posterior também refletem na mobilização das elites, que agora se encontram mais identificadas com a causa urbana. Desse período, despontam planos políticos e econômicos de incentivo às atividades industriais e liberais, projetados pelos civis endossados pelo Estado através de cargos administrativos não-eletivos. Esses planos, por sua vez, são influenciados por experiências em centros urbanos maiores do Nordeste e do resto do Brasil, que investiam em formação de mão-de-obra qualificada para a estruturação do posterior polo industrial a ser instalado.

As associações surgem com o intuito de organizar interesses em comum dentro da sociedade de maneira não lucrativa, mas que ainda proteja e reivindique sua parcela de participação na vida política da cidade. Tais agrupamentos podem ser efêmeros e até não procurarem métodos de conservação de sua memória, por outro lado, o esforço para a manutenção desses grupos representa um apego ao ideal originário do próprio grupo, e esse ideal é o que continua norteando as atividades das associações (RIOUX, 2003, p. 104).

Associações como as encontradas em Campina Grande formam-se graças ao interesse na participação da organização dos governos democráticos e à demanda por representatividade direta nos bastidores do poder. Diferentemente das instituições que formam o Estado, que possuem suas normas pré-estabelecidas, as associações civis se apresentam como um mecanismo para a proposição de novas concepções, atreladas ao benefício do grupo que a idealiza.

Durante os governos de Elpídio de Almeida e Plínio Lemos, detectamos a atuação das elites nos planos da cidade, bem como a consequência dela: o surgimento, durante os anos de 1947 a 1955, de nove instituições de ensino superior, públicas ou privadas na cidade, incorporadas a partir de 1956 à Universidade Estadual da Paraíba (atual UFPB)¹⁸. Sob a perspectiva dos entusiastas do ensino superior, as faculdades representariam um futuro para a cidade, tendo em vista ser ao mesmo tempo a base da produção industrial e espaço de aperfeiçoamento profissional das novas gerações de campinenses. Essas

¹⁸ Criada em 1954 pelo então governador José Américo de Almeida, a Universidade Estadual da Paraíba surgiu com o objetivo de reunir as faculdades existentes sob a tutela e financiamento do estado, até o posterior processo de Federalização e Reforma Centrada, ocorrido entre os anos de 1974-1976.

instituições são apresentadas pela elite como a solução para uma cidade que enfrenta problemas com educação, emprego e saúde.

Dentre as associações listadas, tomemos como exemplo a União Universitária Campinense: presidida pelo então estudante de Direito Edvaldo de Souza do Ó durante todo o tempo em que essa existiu. Através das conexões com a prefeitura municipal, a União Universitária reivindicou espaço na participação de reuniões oficiais do Governo do Estado da época, com espaço para fala e poder de voto (LOPES, s/d)¹⁹, culminando na participação direta dos projetos acerca do ensino superior na cidade.

Além das associações vinculadas à prefeitura municipal, Campina Grande ganha também associações privadas, organizadas por grupos particulares que têm interesses próprios e que os reivindicam perante a sociedade. Falando especificamente dos grupos que passam a representar os industriários locais, encontramos, a partir de 1949, o surgimento da FIEP²⁰ e em 1950 a instalação do SENAI²¹ em Campina Grande. O responsável pela iniciativa do SENAI no município, José Stênio de Lucena Lopes, inclusive estreitou laços com a elite intelectual local, relacionando-se com os indivíduos no poder – durante a década de 1950 se apresentou como favorável ao financiamento da Ciência e Tecnologia na cidade através de uma fundação – a FUNDACT²², criada no segundo mandato de Elpídio de Almeida. Nas décadas seguintes, chegou a escrever livros memorialistas a respeito de suas contribuições pela cidade junto com demais “pensantes” da cidade.

A presença da FIEP em Campina Grande é emblemática por duas razões: em primeiro lugar, é a única federação de industriários que não está situada na capital de sua referida Unidade Federativa, demonstrando assim a força político-econômica da cidade se comparada a João Pessoa durante a década de 1950. A

¹⁹ As reuniões oficiais do governo estadual decorrentes entre agosto e outubro de 1952, que culminaram na criação da Escola Politécnica da Paraíba, ocorreram todas em ambientes de sociedades: A primeira, em 31 de Agosto realizou-se na sede da Associação de Cultura Franco-Brasileira, já a segunda, em 1º de Setembro, no escritório do professor Giuseppe Gióia, então representante da classe dos professores secundaristas; por fim, a última reunião se deu em 6 de setembro, na Associação Comercial de Campina Grande. A Escola Politécnica viria a ser, a partir de 1954, a primeira instituição de ensino superior na cidade a ser inteiramente financiada com fundos próprios da prefeitura, assim matendo-se até 1974.

²⁰ Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, entidade filiada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

²¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, fundado em 1942 no Rio de Janeiro.

²² Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica.

concorrência externa foi vencida, assim como a interna: a segunda razão se dá justamente pela compreensão de que a proposta campesina perdeu espaço para um mercado focado no setor terciário e industriário.

Assim como já estava sendo praticado no sudeste do país²³, o poder público em Campina Grande se dispõe a convocar discussões para o desenvolvimento da economia, com a participação extensa das elites políticas e intelectuais da cidade e pouco do resto da população. As discussões ocorridas em Campina Grande nesta época procuravam soluções para problemas urbanos recentes da cidade, como superpopulação, criminalidade e uma crise econômica generalizada devido à dependência de produtos agrícolas. As discussões eram protagonizadas por representantes das elites locais, característica que pode ser identificada graças à localidade dessas reuniões: Além dos lugares já citados, encontramos a Livraria Pedrosa²⁴, frequentada diariamente pelos indivíduos que conclamaram para si a responsabilidade pela formação de uma proposta política. A referida livraria não era exclusiva às elites da cidade, mas eram eles os mais estimados clientes (LOPES, 2014).

Ao fim de seu mandato, Elpídio encaminhou a candidatura de seu sucessor, Plínio Lemos, a fim de manter seu grupo no poder por mais tempo, enquanto ele próprio partia para a candidatura a Deputado Federal, simultaneamente conseguindo o apoio da maior liderança do PSD no estado, Rui Carneiro²⁵, ao novo candidato à prefeitura.

Novamente, as eleições são vencidas pela coligação do PSD, e Plínio Lemos assume a prefeitura de Campina Grande com aliados no Senado, na Câmara dos Deputados e no Governo do Estado. Graças a essas conexões é que o governo de Lemos tem a habilidade de transitar entre todas essas esferas à procura de apoio para seus projetos.

²³ A experiência no estado de Minas Gerais reuniu intelectuais das mais variadas áreas para a criação de um projeto econômico desenvolvimentista, posto em prática por Juscelino Kubitschek enquanto prefeito da capital Belo Horizonte (1940-1945). Conseqüentemente após a experiência, a prática de investimento público em setores privados em conjunto com o recrutamento de intelectuais consolidou-se no país, tendo em vista os resultados positivos reconhecidos.

²⁴ Situada em uma esquina da Av. Maciel Pinheiro, no centro de Campina Grande, a Livraria Pedrosa funcionou de 1953 até 1994, ano do falecimento de seu fundador, José Pedrosa.

²⁵ Natural de Pombal, Rui Carneiro já havia sido nomeado Interventor Federal da Paraíba em 1940. Foi eleito senador em 1951 pelo PSD, vencendo eleições consecutivas para o cargo até o seu falecimento em 1977.

É durante os governos de Elpídio de Almeida e Plínio Lemos que os intelectuais da cidade começaram a se organizar em associações e uniões com o objetivo de melhor decidirem os projetos para a cidade. Enquanto por um lado os prefeitos, vereadores e deputados se comungavam para a manutenção de sua hegemonia, essa elite - não vinculada oficialmente a nenhum grupo, mas com conexões em ambos os lados – continuava com seus planejamentos, sempre à mercê, portanto, do resultado das articulações que ocorriam alheias a eles. A caracterização dessa elite como política é explicada com uma investigação a respeito da trajetória, da representação e da atuação individual de cada um desses indivíduos, que nos revelam atividades por eles desenvolvidas em espaços além do alcance oficial (como prefeituras e secretarias municipais, por exemplo), mas em nome do interesse em vigor.

Durante a década de 1950, a problemática atribuída a Campina Grande tem a seguinte forma: o comércio local se encontra estagnado, devido a crises no campo, que por sua vez direcionam mais habitantes carentes à cidade. Os grupos no poder sugerem o investimento na educação como saída, com Elpídio de Almeida à frente de medidas econômicas que financiam escolas primárias na cidade, ainda que sem assumir o controle administrativo destas.

O primeiro mandato de Elpídio na prefeitura coincide com o mandato de 12 vereadores eleitos para comporem a câmara municipal. O partido com mais representantes foi a União Democrática Nacional (UDN)²⁶, com cinco integrantes ocupando as cadeiras legislativas, seguido pelo Partido Libertador (PL)²⁷, com quatro, como podemos ver na tabela abaixo:

Vereador	Partido (sigla)
Américo Porto	UDN
Antônio Cabral Sobrinho	PL
Bonald Filho	PSB
Dulce Barbosa	UDN
Félix Araújo	PL

²⁶ Partido fundado em 1945, definindo-se como conservador e oposição à Getúlio Vargas e o populismo.

²⁷ Partido fundado em 1928 e encerrado em 1937, sendo recriado em 1945.

Gumercindo Dunda	UDN
Luiz Pereira da Silva	PL
Manoel Figueiredo	UDN
Pedro Sabino	PSD
Petrônio Figueiredo	UDN
Protásio Ferreira	PL
Zoroastro Coutinho	PSD

Tabela 1: Relação dos vereadores da cidade de Campina Grande durante o mandato de 1951-1955.

Os partidos em maior número na câmara integravam a coalisão que elegeu Elpídio na eleição, enquanto o próprio partido do prefeito, o PSD, elegeu ainda dois outros vereadores. Esses partidos protagonizaram as ações tomadas na cidade durante a década de 1950, e as medidas tomadas por Elpídio em frente à prefeitura só foram possíveis devido aos interesses em comum que o colocaram no poder. Juntas, essas forças políticas preencheram dez das doze vagas para vereador em Campina Grande, demonstrando a efetividade dos acordos que mantiveram o mesmo grupo no poder durante dez anos seguidos.

O cenário político na cidade durante o período de 1951-1955 revela a força da coalisão ao nomearem e elegerem representantes de seus interesses para o governo, com reflexo nas esferas estaduais e federais, bem como sua dinamicidade, ao prontamente aliarem-se a grupos oligárquicos mais consolidados. Frente à virtual ausência de representantes das classes sociais menos favorecidas, Josué Sylvestre, jornalista e memorialista campinense, afirma, em seu livro sobre o vereador Félix Araújo, que “as possibilidades eleitorais continuaram com os integrantes das elites políticas, econômicas e sociais da comunidade (...)” (SYLVESTRE, Josué. **A Trajetória Interrompida de Félix Araújo**. João Pessoa: A União, 2004. P. 27).

Durante esse período, as elites de Campina Grande²⁸ demonstraram organização de maneira que as oligarquias rurais e seus descendentes estejam

²⁸Apesar de esses grupos serem caracterizados como elites de Campina Grande, nem todos os seus integrantes eram nascidos na cidade – na realidade, a maioria dos integrantes

prontas para continuarem gerindo a cidade e transferir o poder a seus herdeiros, através das manobras que visariam acabar com os problemas enfrentados na cidade.

1.2 ASSUMINDO O PROTAGONISMO

Frente às transformações sentidas pela cidade no começo da década de 1950, a elite campinense, passa a atuar diretamente para a implementação de um novo projeto urbano, almejando uma solução que agradasse simultaneamente aos interesses próprios e às demandas de eventuais oposições.

A preferência criada pela elite campinense a respeito de um projeto de cidade que tratasse sobre a educação evidencia a intenção desse grupo em desenvolver no município a produção de um capital cultural, conseqüentemente endossando a continuidade das relações de poder pré-estabelecidas. De acordo com Pierre Bourdieu (2007), Capital Cultural é um recurso, no sentido mais abrangente da palavra, que define a transição do poderio econômico em poderio cultural. A maneira mais comum de aquisição de capital cultural é através das instituições de ensino, responsáveis pela formação oficial do cidadão desde as primeiras idades até a profissionalização. A intenção seria, portanto, de repassar o capital entre as gerações das elites, em conjunto com a educação oficial, possibilitando a formação de um grupo pensante, alinhados aos propósitos da elite que ditariam também os interesses culturais.

Criar uma universidade que se proponha a “promover a sua elite dirigente” (SOUZA DO Ó, s/d p. 13) é um caminho direto para a produção e veiculação de capital cultural, que define, junto com as transformações em ocorrência na sociedade brasileira dos anos de 1950, uma hierarquização de formações oficiais, onde há a preferência pelas formações técnico-científicas em detrimento das formações culturais-filosóficas. No caso campinense, a evidência se apresenta através da proposta para o ensino superior na cidade: advoga-se pela criação de uma faculdade que ofereça cursos de engenharia, nos moldes de uma Escola Politécnica.

nasceu em outras cidades, bem como os mais proeminentes (SOUZA DO Ó, 1960). Ainda assim, identificavam-se e eram identificados com esse específico cenário urbano.

Campina Grande, em 1950, já superava o número de 170 mil habitantes em suas regiões urbanas, o equivalente a aproximadamente 10% de toda a população do estado²⁹, enquanto a capital João Pessoa, no mesmo período, chegava a 119 mil habitantes. A cidade mais populosa do estado foi o lugar de reunião e de atuação desse grupo de intelectuais que, quando não integrando a equipe administrativa da prefeitura municipal ou do governo estadual, se aproximando pessoalmente dos mesmos, pensou o desenvolvimento econômico da cidade através de projetos políticos e educacionais de acordo com a realidade e o contexto local. A prática de relação com a política sem ao mesmo tempo se envolver diretamente (concorrer por cargos em eleições) é uma característica das elites pós-Estado Novo, sendo caracterizados como políticos semiprofissionais como afirma Angelo Panebianco:

Ele [o político semiprofissional] “dispõe de independência econômica, em razão dos proventos profissionais extrapolíticos”, como o notável; e conta com “grande disponibilidade de tempo livre” para dedicar-se à atividade política, como o profissional. Os *políticos semiprofissionais* são educados, treinados e exibem competências específicas como os peritos (em geral são advogados, professores, jornalistas, médicos), sem deter ainda uma extensa capacidade técnica ou experiência em assuntos superespecializados (PANEBIANCO, 2005, p. 460-461 apud CODATO, 2011, p.69).

Nota-se também que uma característica do político semiprofissional é justamente a ocupação, fora da política, como um profissional liberal. Os estudos sobre história social de elites no país costuma enfrentar uma dificuldade de natureza historiográfica: os pesquisadores convivem com a ausência de documentos que registrem o cenário regional das disputas políticas durante o período do Estado Novo, dando preferência às manobras políticas de nível nacional, ou resumindo-se ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Por tal motivo, menos trabalhos são produzidos sobre as elites regionais no período que se refere à reabertura política pós-Vargas. Ora, é justamente no Estado Novo que o paradigma das elites no país se transforma, impulsionado tanto pelas medidas políticas do presidente Getúlio Dornelles Vargas quanto pela nova fase do capitalismo mundial, após o fim da 2ª Grande Guerra, em 1945. A respeito dos estudos sobre as transformações no universo das elites nesse período, o mesmo autor observa:

Muito embora a documentação histórica para esse período (arquivos privados, correspondências pessoais, documentos oficiais, depoimentos de

²⁹Disponível em: <https://archive.org/details/censo1950vol16t1pb/page/n63> página 63-64. Acesso em: 23 nov. 19.

protagonistas, etc.) trate quase exclusivamente das disputas políticas intrarregionais (sic) e inter-regionais, não existem tantos estudos sobre os *políticos profissionais* como se poderia esperar. Os “atores políticos”, para falar na terminologia dessa literatura, são tema quase sempre de biografias, memórias ou autobiografias, e o que conta, no caso, são os feitos e fatos da história de um indivíduo, suas amizades, inimizades, aspirações, frustrações, mais que a *estrutura política* na qual esses agentes estão inseridos. Essa ocorrência se deve possivelmente mais à metodologia de estudo ou mesmo à natureza das fontes de sociólogos e historiadores do que a opções teóricas. Todavia, quatro perguntas simples sobre os profissionais da política, tomados um como grupo de elite, quase nunca são postas: quem são?; de onde vêm?; o que fazem?; como pensam? (CODATO, p.60).

A preocupação com a identificação dos indivíduos integrantes de um grupo social contribui para a escrita de uma história sobre as intenções por trás desse grupo, bem como suas interações com outros grupos que formam a mesma sociedade. Ter cuidado em observar os personagens dessa elite ajuda a compreender os interesses e as atitudes tomadas pelas classes dominantes, que, com maior acesso às instituições políticas e midiáticas, fazem uso de estratégias para manter-se no poder.

Com a maior população do estado, Campina Grande teria a possibilidade de possuir um alto número também de letrados e intelectuais. Porém, ao mesmo tempo em que quase 170 mil habitavam a cidade, apenas 48 mil – o equivalente a aproximadamente 28% da população - sabia ler e escrever, e desses, apenas 210 (0,12%) de todos os habitantes possuía diploma de ensino superior. Ainda em termos de comparação, a capital, João Pessoa, tinha mais que o dobro de habitantes nesse grau de escolaridade.

A elite campinense responsável por esses projetos era formada, no geral, por representantes das famílias locais, tendo formações oficiais ou não. Dentre esses integrantes da elite, destacaram-se alguns indivíduos por pensarem em um projeto de ensino superior para Campina Grande no decorrer da década de 1950, dentre eles, cabe mencionar Edvaldo de Sousa do Ó, José Lopes de Andrade e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Nem todos estavam presentes nas primeiras discussões sobre o ensino na cidade, entre os anos de 1950 e 1952. Lynaldo, por exemplo, passa a integrar essas discussões somente após a construção da Escola Politécnica da Paraíba.

O grupo destaca-se por planejar e incentivar a criação de um sistema de ensino superior que possa suprir, simultaneamente, duas demandas: a de vagas em graduações para os cidadãos que procuram uma formação além do ensino técnico e

a de formação de profissionais que possam atuar em cargos que exigem uma qualificação de mão-de-obra. O primeiro dos projetos executados permitiu a criação da Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande, instituição estadual que ofereceu inicialmente a graduação em Engenharia Civil, posteriormente expandindo seus cursos para oferecer graduações e pós-graduações também em outras engenharias.

Representantes dos interesses das classes sociais mais abastadas em Campina Grande, este grupo idealizador elaborou um projeto educacional que continuava a prestar suporte ao desenvolvimento industrial na cidade, ao planejar inicialmente uma instituição de ensino superior que formasse engenheiros para atender à demanda de profissionais da cidade, que, durante os anos de cinquenta do século passado, procurava atrair novas empresas para formar o seu parque industrial. Ora, em Campina Grande já havia, desde 1950, cursos técnicos e profissionalizantes para a população, providos pela iniciativa privada. Esses cursos atendiam uma larga camada da população campinense que, durante esses anos, alcançava pela primeira vez o acesso ao ensino profissionalizante. Para os filhos da elite campinense, porém, ainda não havia um espaço onde estes pudessem participar do “desenvolvimento” da cidade.

O grupo idealizador da Escola Politécnica, procurando discutir como deveria ser a participação da elite campinense no “processo de desenvolvimento” de Campina Grande, articula-se através de reuniões, encabeçadas por Edvaldo de Souza do Ó, para definir o melhor método de atuação. A respeito da organização e dos interesses envolvidos na criação de uma Escola Politécnica, Edvaldo de Souza do Ó escreve:

Entendia a União Universitária, que Campina Grande, pela sua projeção social e econômica, com profundas repercussões no resto do país, tinha direito, já naquela época, de realizar uma campanha de promoção das suas elites dirigentes, através da criação de escolas universitárias, destinadas à formação profissional e aprimoramento intelectual de sua juventude, com o aproveitamento das vocações que mais se destacassem para o exercício das profissões liberais. (SOUZA DO Ó, s/d, p.13).

Segundo a fala do próprio presidente da União Universitária, as elites da cidade precisavam se aperfeiçoar no tocante à instrução e à educação formal, a fim de se desenvolverem e, conseqüentemente, ajudarem a desenvolver a cidade. O meio sugerido por esses grupos articulados seria a do incentivo ao ensino superior.

Ao nomearem a si próprios como “elites” de Campina Grande, os integrantes do grupo idealizador da Escola Politécnica atribuem a eles próprios uma posição de capacidade e protagonismo estabelecidos a partir da situação econômica, política, cultural e social a qual fazem parte. Esse processo, que delimita quem deveria ser chamado de “elite campinense”, valida o seu discurso, nomeando-o como um de uma classe habilitada a falar sobre o tema.

Então estudante de Economia, Edvaldo de Sousa do Ó, nascido em Campina Grande no ano de 1928, viria se tornar Reitor durante os anos de 1966-1969 da Universidade Regional do Nordeste – URNe, atualmente Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Em 1951, fundou a União Universitária Campinense, congregação que reunia os estudantes de ensino técnico e superior da cidade, mas que estudavam fora, devido a pouca oferta de cursos que Campina Grande provia. Foi através da liderança na União Universitária Campinense que Edvaldo de Sousa do Ó conseguiu mobilizar os estudantes secundaristas para a causa do ensino superior na cidade. Além da Escola Politécnica, participou no fim da década de 1950 da criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE). Contribuiu para a memória da Escola Politécnica ao organizar um livro (com data imprecisa) reunindo, além de reportagens em jornais sobre a fundação da referida instituição, documentos e “efemérides” sobre os primeiros anos da “Poli”.

José Lopes de Andrade, nascido em julho de 1914, acumulou várias ocupações durante a vida. Formado em Estudos Sociais em Recife, foi cronista do Diário da Borborema³⁰ e professor na URNe, além de Chefe da Casa Civil no Governo José Américo de Almeida (1951-1956). Representou o Governo do Estado da Paraíba nas reuniões que discutiram a implantação de uma instituição de ensino superior em Campina Grande. Presente nas reuniões da União Universitária Campinense, Lopes de Andrade demonstrou apoio à criação de uma instituição de ensino superior na cidade.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Campina Grande no ano de 1932. Formado engenheiro civil na Universidade Federal de Pernambuco em 1955, Lynaldo é convidado a se tornar professor da Escola Politécnica em 1957. Na década seguinte, torna-se diretor da “Poli”, de janeiro de 1964 até março de 1971, trazendo à Escola Politécnica cursos de pós-graduação e especialização, além de

³⁰ Jornal de circulação diária em Campina Grande, vinculado ao grupo Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Circulou de 1957 até 2012.

abrir os cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Sistemas de informação. Em 1975, é nomeado reitor da Universidade Federal da Paraíba, com mandato até 1980. Após o término do mandato, assume a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, até 1985.

Reunidos através das associações que detinham espaço sob os mandatos de Elpídio e Plínio, como a União Universitária Campinense, estudantes e representantes das elites dirigentes tornaram públicos seus projetos para a cidade, que consistiam na construção de instituições de ensino superior em Campina Grande, seguindo o modelo de como já estava sendo realizado igualmente na capital do estado, João Pessoa, pelo governador Argemiro de Figueiredo.

Para discutir o projeto para a cidade, reuniões eram organizadas e realizadas no ambiente de preferência da elite campinense: a livraria de José Cavalcanti Pedrosa, situada na Rua Maciel Pinheiro (rua central de Campina Grande, até os dias de hoje importante para o comércio local).

José Stênio de Lucena Lopes ³¹, confirma a informação, alegando ser a Livraria Pedrosa “o ‘lar’ dos intelectuais da cidade” (LOPES, 2014, p. 41). Já Antônio Morais³², em entrevista cedida ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande no ano de 2004, ressalta a importância de Pedrosa e sua livraria para o projeto de criação da Escola Politécnica:

Tinha uma livraria excelente para aquela época. Frequentavam a livraria os professores, engenheiros, médicos, químicos, bacharéis, etc. Quando acabava o expediente, íamos para a livraria de Pedrosa e ficávamos trocando ideias, Pedrosa passava pela a gente e falava, às vezes eu até pensava que aquilo pudesse provocar certo mal-estar a ele porque as vezes o pessoal se entusiasmava e começava a falar alto, mas ao contrário, Pedrosa vibrava com aquilo, ele sentia que havia calor naquelas discussões, boa intenção, boa vontade de produzir cada vez mais, Pedrosa foi um dos grande amigos da Politécnica, um dos camaradas que me ajudou muito, nos trabalhos de criação, de instalação da Politécnica. (LOPES, 2004, p. 5).

³¹ O cearense José Stênio de Lucena Lopes nasceu em julho de 1916, no Ceará. Chegou a Campina Grande no fim da década de 1950 para assumir o cargo de diretor regional do SENAI. Também trabalhou como jornalista no Diário da Borborema e como professor na Escola Politécnica da Paraíba. Também é autor de livros memorialistas sobre Campina Grande, onde apresenta o panorama e o cotidiano da cidade à época em que se mudou para ela. Dá nome ao Centro de Educação Profissional Prof. Stênio Lopes, instituição de ensino técnico e superior administrado pelo SENAI.

³² , Antônio da Silva Morais foi professor no Liceu Paraibano em João Pessoa, posteriormente mudou-se para Campina Grande em 1945, para trabalhar no Departamento de Produção Mineral. Também participou das discussões que propuseram a Escola Politécnica da Paraíba como Instituição pública.

A livraria Pedrosa, situada no centro de Campina Grande em posição privilegiada após a reforma de Wanderley tinha como principal público a população letrada de Campina Grande que se interessava pelos livros expostos e que procuravam um lugar de socialização para debater as ideias e as polêmicas sobre a cidade. Ao listar os possíveis frequentadores da livraria, o entrevistado cita apenas ocupações liberais, ocasionalmente, profissões cujos idealizadores da Escola Politécnica exerciam.

Tendo acesso a esse espaço, predominantemente ocupado pela elite pensante campinense, o grupo idealizador da Escola Politécnica organizou-se e aprimorou seus projetos políticos e educacionais, além de recrutar mais um aliado que compartilhava das ideias para a cidade: o próprio livreiro José Pedrosa.

Pedrosa incentivava as discussões em sua livraria, porém não participava diretamente das discussões. A contribuição do livreiro para o grupo se deu de forma mais material: Durante os processos de mudança e instalação da Escola Politécnica, o livreiro contribuiu com materiais de papelaria, vendidos a baixo custo e com prazos generosos para o grupo idealizador.

É no ambiente da Livraria Pedrosa que surge, pela primeira vez, a ideia de uma Escola Politécnica (MORAIS, 2004). No decorrer das reuniões seguintes, sempre realizadas nos espaços reservados às elites, a ideia vai amadurecendo, até que, em 1952, depois de seguidos encontros do grupo idealizador com representações do governo do estado da Paraíba, da Associação Comercial de Campina Grande e da Associação de Professores Secundários de Campina Grande, fica definida a criação de uma instituição de ensino superior para a cidade.

A última de uma série de reuniões se deu em seis de setembro daquele ano, realizada na sede da Associação Comercial Campinense, e nesse dia foi definido o *modus operandi* para a fundação da Escola Politécnica da Paraíba. Declararam-se responsáveis pela fundação da Escola, após a reunião: Antônio da Silva Morais, José Marques de Almeida Júnior³³, Giuseppe Gioia³⁴, Edvaldo de Souza do Ó e

³³ Industriário na área de óleos vegetais, natural de Itabaiana-PB, José Marques de Almeida Júnior era formado em química industrial. Mudou-se para Campina Grande em 1942, para trabalhar no Departamento de Produção Mineral.

³⁴ Giuseppe Gioia, professor de matemática no ensino médio (então chamado de científico) e técnico em Campina Grande, fez parte junto com José Marques de Almeida Jr. e Max Hans Karl Liebig da comissão de criação da Escola Politécnica, responsável por interpelar o Governo do Estado e a comunidade campinense.

Onofre Pereira Chaves³⁵, além da participação do governador José Américo de Almeida, parente do prefeito Elpídio, que assina a lei estadual nº 792/1952, criando a Escola Politécnica. Além dos nomes que oficialmente³⁶ se responsabilizaram pela fundação da Escola Politécnica, através da assinatura da Ata da reunião, são citados, como colaboradores do projeto, o professor secundarista Max Hans Karl Liebig e o engenheiro civil Austro de França Costa.

O envolvimento do grupo idealizador na política paraibana é presente durante todo o período de planejamento da Escola Politécnica. Tanto Edvaldo do Ó quanto Lopes de Andrade fizeram parte do governo municipal como secretários nos primeiro mandatos de Elpídio de Almeida em Campina Grande (1947-1951 e 1955-1959); Nesse mesmo período Lopes de Andrade foi convidado a chefiar a Casa Civil do governo José Américo. Os outros integrantes do grupo idealizador que não compunham o governo tinham certo prestígio junto às autoridades devido as suas atividades profissionais, em evidência no cenário campinense, como o engenheiro Austro de França.

Na segunda metade da década de 1950, principalmente a partir da abertura de um novo periódico na cidade em 1957 - o Diário da Borborema. Tanto o grupo idealizador quanto seu projeto ficaram em evidência também na imprensa local, sendo observados de perto (ou até mesmo de dentro) por jornalistas e cronistas de Campina Grande. Dois dos integrantes dessa elite campinense escreviam para o referido Diário, Stênio Lopes e José Lopes de Andrade. Sendo entusiastas da Escola Politécnica, escreviam embasados na propriedade que teriam para falar por terem participado direta ou indiretamente da gestão da Escola, anunciando-a também como produto dos empenhos combinados do grupo envolvido e da administração de José Américo de Almeida como governador.

Contando com integrantes do governo e da imprensa local, o grupo idealizador executou seus planos com poucas resistências³⁷ e muitos discursos

³⁵ Onofre Pereira Chaves também trabalhou no Departamento de Produção Mineral durante a década de 1940 junto a Antônio Morais e José Marques, mas não participava das discussões sobre o ensino superior em Campina Grande.

³⁶ Após a reunião que decidiu pela instalação de uma instituição da Escola Politécnica da Paraíba em Campina Grande, os presentes foram convidados a assinarem a ata da reunião, concordando em se tornarem responsáveis pela execução do projeto e posterior administração da instituição de Ensino Superior que seria criada.

³⁷ A dissidência mais recorrente nas documentações e memórias do período é a do general Manoel de Oliveira Leite, presente na reunião ocorrida na associação comercial. Durante a reunião, Oliveira Leite se opôs à criação da Escola Politécnica argumentando que a capital

apoiadores, e o projeto da Escola Politécnica da Paraíba é apresentado como uma urgente necessidade, enquanto que a própria escola é caracterizada como um valioso patrimônio de Campina Grande e seus habitantes.

do estado seria mais propícia para a instituição. Tal sugestão não foi bem aceita entre os presentes na reunião, e a proposta do grupo idealizador confirmou-se sem alterações.

CAPÍTULO 2.

UM PROJETO PARA CAMPINA GRANDE: A EDUCAÇÃO COMO RESPOSTA

A década de 1950 no Brasil ficou caracterizada como um período de transformações no cenário político. O fim do regime do Estado Novo e da política nacionalista centralizadora de Vargas em 1946 veio acompanhado de oscilações na economia brasileira devido à dependência das exportações de produtos agrícolas, que por sua vez se apresentava instável desde a crise de 1929. O crescimento dos centros urbanos no país decorrente de uma crise no campo também abre espaço para a discussão de novas configurações políticas e econômicas, objetivando o progresso da nação sob uma ótica focada no urbano, alcançado através da dinamização da economia brasileira. Nesses novos debates, discutia-se a necessidade do país de apoiar o processo de industrialização, vista como resposta imediata para os problemas de infraestrutura e qualidade de vida.

A respeito desse contexto histórico, Shozo Motoyama elucida que a transição do poder entre elites resultará conseqüentemente numa transição também de medidas políticas:

Em larga medida, a Revolução de 1930 pode ser considerada um reflexo dessa situação mundial [de instabilidade econômica]. Por sua vez, dentro dos marcos nacionais, essa revolução é um símbolo de ruptura entre dois períodos distintos da história do Brasil. Politicamente, significava a perda de hegemonia da oligarquia paulista que, junto com a mineira, havia durado quase quatro décadas, desfazendo a famosa “política do café-com-leite”. A ruína dessa política era, na mesma medida, a ruína da economia primário-exportadora baseada no café. Por conseguinte, expressava a passagem dessa fase para outra na qual a substituição de importações começava a ganhar relevo. Era inviável continuar insistindo numa política econômica baseada tão-somente na monocultura do café para exportação. (MOTOYAMA, 2004, p. 251-252).

Outra consequência da ruína da “política do café-com-leite” é justamente o enfraquecimento das medidas tomadas em subsídio às produções agrícolas, ocasionando a mudança no protagonismo político – das oligarquias rurais às urbanas. A partir de então, o foco passava a ser a atuação das lideranças das cidades, que aplicavam projetos para o desenvolvimento econômico nesses espaços. A quebra do modelo de exportação agrária baseada em monoculturas apressou a necessidade de se discutir um novo modelo para o país.

Por todo o Brasil os novos representantes das elites dirigentes procuravam pensar as medidas a serem tomadas nessa nova fase política. Sob o contexto

histórico da Guerra Fria, esperava-se que o país acompanhasse as mudanças que ocorriam na orientação do capitalismo, assim como ocorreu nos países centrais. Paralelamente ao momento em que a esquerda brasileira firmava-se como oposição, com a reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945. Para as elites urbanas, que figuravam cada vez mais no cenário político brasileiro, o fortalecimento do sistema capitalista era a alternativa mais interessante para a nação.

Em sintonia com o que se pensava como solução para a questão econômica brasileira, as discussões políticas em Campina Grande procuravam resolver o emergente problema de subdesenvolvimento, fazendo com que os debates focassem em torno do “caminho” a ser escolhido para a cidade; isto é, quais as medidas a serem tomadas pelos órgãos administrativos dos governos municipais, estaduais e federais para que a cidade pudesse continuar a crescer economicamente. Como característico do período, as discussões sobre política e economia eram protagonizadas por intelectuais representante dos interesses dessas elites, que por sua vez procuravam debater as novas ideias em evidência no país e no mundo.

As principais discussões entre os integrantes da elite urbana de Campina Grande se dava dentro da Livraria Pedrosa, um espaço cujos frequentadores compartilhavam do interesse nos livros lá dispostos (MORAIS, 2004). A possibilidade de um lugar para discussões que o espaço da Pedrosa fornecia acabou por acolher os debates na cidade, e as numerosas discussões resultaram nos projetos elaborados em prol da educação na cidade, com a criação da Escola Politécnica da Paraíba e posteriormente a Universidade Regional do Nordeste.

A identificação com o ambiente só viria se houvessem ideologias ressoantes entre os frequentadores da livraria. Ora, o próprio dono do espaço possuía uma ideologia própria, ainda que não participasse das discussões. Na cidade, e principalmente na referida livraria, havia certa predileção pelas ideologias que pensavam o sistema capitalista para os países subdesenvolvidos, e as discussões desenvolveram-se mais a partir dessa perspectiva. O grupo idealizador da Escola Politécnica, integrando esses pensadores, também seguiam a mesma linha de pensamento, objetivando um desenvolvimento prático para a sociedade campinense.

A respeito da ideologia de desenvolvimento prático e seus apologistas na cidade, José Valmi Oliveira Torres (2010) pontua:

Apesar de não podermos precisar, acreditamos que esse grupo de intelectuais que escreviam no DB³⁸, que pensavam e projetavam Campina Grande nos anos cinquenta e sessenta do século passado, possivelmente tiveram acesso ou foram influenciados pelas ideias de desenvolvimento expressas no relatório: *The Endless Frontier* de Vannevar Bush, o então diretor do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (Office of Scientific Research and Development), órgão vinculado ao governo norte-americano. Esse documento buscava dentre outros objetivos, obter a consolidação do apoio sistemático do Estado às atividades de ciência e tecnologia, ou seja, garantindo que essas atividades tivesse, em tempo de paz, a mesma importância que recebiam no tempo da guerra. Dessa feita, enfatizava-se o avanço científico como forma de solucionar os problemas sociais, ou seja, era uma visão determinista, que se baseava na ideia de que só com o desenvolvimento da ciência e tecnologia que o progresso social e econômico seria alcançado (...). (TORRES, 2010, p. 36).

Os objetivos do relatório ao qual o autor se refere apontam as características procuradas pelos idealizadores da Escola Politécnica: apoio estatal a atividades relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias e à própria formação de técnicos, quando não houvessem profissionais o bastante (o caso de um país periférico no sistema capitalista) além da melhoria da condição de vida através do progresso científico-tecnológico – em uma perspectiva tecnicista das quais a elite urbana de Campina Grande também compartilhava. O contexto histórico do pós-guerra aponta, segundo o relatório, a importância atribuída pelos países envolvidos diretamente no conflito à tecnologia, bem como o sucesso alcançado pelo bloco de aliados que mais investiu na área.

Tendo em vista a recorrência da opinião que o apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico é solução, a referência do grupo idealizador em elites de outros centros urbanos do país, e a noção adquirida das leituras de teóricos estrangeiros sobre as iniciativas público-privadas em áreas estratégicas, pode-se inferir que o grupo preferia majoritariamente os preceitos do desenvolvimentismo³⁹, e que viram nessa ideologia a “saída” e a “solução” para Campina Grande, e procuraram agir de modo em que essa ideologia fosse aplicada na cidade.

³⁸ O autor trata especificamente dos intelectuais que escreviam para o Diário da Borborema que integraram o grupo idealizador da Escola Politécnica: Stênio Lopes e José Marques de Almeida Júnior.

³⁹ O desenvolvimentismo é uma política econômica baseada na intervenção estatal em áreas estratégicas de infraestrutura e produção industrial, visando aperfeiçoar a economia através do aumento no consumo básico e na especialização de mão-de-obra.

2.1 A OPÇÃO PELO DESENVOLVIMENTISMO

No período pós-segunda guerra mundial, a aproximação dos governos quanto à produção industrial e científica nos países desenvolvidos é vista de maneira positiva, devido à parcela de contribuição da pesquisa científica e do aperfeiçoamento da capacidade industrial na vitória dos países aliados⁴⁰, a opinião pública demonstra-se favorável ao investimento por parte dos governos nessas áreas, que adquirem caráter estratégico. No Brasil, o fomento à pesquisa em ciência e tecnologia dá-se através da criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1951, que surge justamente com o objetivo de desenvolver a pesquisa sobre a Energia Nuclear, debate central nos órgãos científicos no mundo desde o fim da II Guerra Mundial.

O apoio do estado à prática científica, porém, não poderia ser realizado tão efetivamente nos países com pouca tradição em instituições de pesquisa, como é o caso do Brasil. Nessa situação, seria mais aplicável a vertente ideológica que priorizasse a indústria de base e as instituições de ensino que ajudassem a formar técnicos e tecnólogos. Essa vertente do desenvolvimentismo parte para um objetivo antecedente de contexto favorável ao surgimento de fábricas, indústrias e instituições de pesquisa modernas, através de incentivo fiscal e injeção direta de capital estatal às instituições necessárias à sobrevivência dessas novas instalações. Exemplos práticos dessa iniciativa desenvolvimentista que podem ser citados: a Companhia Siderúrgica Nacional⁴¹ (CSN) fundada ainda durante o Estado Novo de Vargas, e a Petrobras⁴², criada pelo mesmo Getúlio Vargas em seu mandato como presidente em 1953. No primeiro momento, devido à falta de investidores interessados, a CSN foi fundada com capital nacional, e se manteve com esse status até 1993, quando foi privatizada durante o governo de Itamar Franco;

⁴⁰ Graças aos avanços em computação protagonizados pelo britânico Alan Turing, os países aliados puderam desvendar a criptografia alemã, contribuindo enormemente para a eventual derrota dos nazistas na Europa, além de ajudar a fundamentar os princípios da computação moderna. Nos Estados Unidos, o aperfeiçoamento da produção industrial, aliada ao ingresso da mão-de-obra feminina nas fábricas de armamentos foi crucial para manter o potencial industrial estadunidense mesmo durante o período de guerra.

⁴¹ A CSN foi criada em 1941 após acordos com o governo americano, com o objetivo de fornecer aço para as indústrias de armamento americanas durante a guerra. Após o fim do conflito, a CSN ficou responsável por suprir a demanda do mesmo material do parque industrial do país.

⁴² A petrobras foi fundada para explorar as reservas de petróleo brasileiras, monopolizando a atividade e efetivamente controlando a extração, refinamento e distribuição do recurso estratégico.

enquanto a Petrobras foi estabelecida como empresa estatal em uma medida nacionalista, característica do governo Vargas.

Durante últimos seis anos da Era Vargas (1930-1945) as medidas que visavam colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento tinham como *modus operandi* o apoio sistemático às instituições de pesquisa, tal qual o método aplicado pelos governos dos Estados Unidos e da França desde o início da década de 1930. Esse primeiro momento do desenvolvimentismo no Brasil acarretou no auxílio às instituições de pesquisa que ainda estavam surgindo pelo país, além de popularizar a discussão sobre ciência e tecnologia entre a sociedade. De acordo com MOTOYAMA (2004), a popularização da ciência e tecnologia no país é consequência direta das ações do estado durante a Era Vargas:

Existe um ponto importante a salientar nessa difusão da consciência da importância da ciência e tecnologia na sociedade brasileira. É verdade que alguns setores como o militar e certos segmentos industriais mostraram-se mais sensíveis a esses influxos, mas também não deixaram de influenciar a sociedade como um todo, mesmo que fosse de maneira imperceptível ou mesmo inconsciente. Quisessem ou não as pessoas, a industrialização estava em curso impulsionada pelas ações decorrentes, por exemplo, da influente Assessoria Econômica do Governo Vargas (...). A tecnologia, e em certa medida a ciência, começava a imiscuir-se na vida cotidiana e no imaginário dos brasileiros. Em outras palavras, fosse a favor ou contra, ou como pura retórica, a ciência e tecnologia tinha algum lugar na sociedade nacional (...). Mesmo assim, a instituição do prêmio Moinho Santista em 1955 teve o sabor de um acontecimento inusitado. Não era comum uma indústria privada interessar-se pela cultura e muito menos pela ciência e tecnologia a ponto de despende uma soma considerável, premiando pesquisadores e intelectuais. (MOTOYAMA, 2004, p. 300)

A noção de que o incentivo à ciência e tecnologia era uma medida positiva já permeava por alguns grupos de intelectuais no país. Após a concretização das medidas políticas instauradas por Vargas, esse ideal tornou-se conhecido até pela sociedade no geral, mas, segundo o próprio autor, esta se encontrava excluída das discussões sobre o tema. Independentemente da opinião popular sobre tais incentivos à ciência e à tecnologia, estes seriam aplicados; apesar da falta de diálogo, essa opinião pública mostrou-se frequentemente positiva às medidas tomadas.

Tamanha foi a aceitação dessas medidas no âmbito popular que a própria iniciativa privada começou a apoiar a ideia, e o evento mencionado pelo autor ocorrido em 1955 evidencia a situação: Uma empresa privada apoiando a pesquisa

em ciência e tecnologia, a fim de aprimorar a cultura de desenvolvimento no país; assim após os primeiros incentivos do estado, o cenário da ciência e tecnologia brasileira começa a se consolidar, em contrapartida, a produção industrial não tem o crescimento repentino esperado, e a proposição de se apoiar diretamente a indústria de base é considerada. Após o fim do Estado Novo, a estratégia desenvolvimentista sofre essa mudança, e o apoio passa das instituições de pesquisa à produção industrial, acarretando na virtual estagnação da pesquisa científica no país e crescimento acelerado do potencial industrial do país.

A característica nacionalista predominante durante o governo Vargas foi responsável por iniciar ainda que timidamente as medidas desenvolvimentistas no aspecto industrial e abriu espaço para mais financiamento estatal nos anos seguintes. A popularidade do presidente teve como consequência uma ampla aceitação das medidas mais estadistas, que tiveram como protagonista na economia de mercado e nos investimentos o próprio Estado. No exemplo brasileiro, o estado ainda permitiu uma liberdade de atuação para as novas empresas, medida essa ampliada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961).

Enquanto governador do Estado de Minas Gerais (1951-1955), Juscelino Kubitschek já colocava em prática as medidas desenvolvimentistas, entrando em acordo com a iniciativa privada e guiando os investimentos destes para a “melhoria de vida” do cidadão do estado; o efeito dos investimentos guiados em Minas Gerais foi sentido principalmente no setor de transporte e energia (CARDOSO, 2015). Com JK à frente do governo federal, as medidas desenvolvimentistas passaram a ser o ponto central da economia brasileira. O plano de ação do governo caracterizado pelo *slogan* “Cinquenta anos em cinco” já evidencia a perspectiva almejada pelo presidente – o enfoque no desenvolvimento econômico e na melhoria dos indicadores sociais em tempo recorde (assim como aplicado no estado de Minas Gerais enquanto governador), a partir do investimento em áreas estratégicas e a abertura cada vez maior para o investimento estrangeiro.

Seguindo a popularidade do desenvolvimentismo no país, a ideia ganha força entre as elites de Campina Grande, que nos anos de 1950 enxergavam problemas de ordem econômica e social ao seu redor, e procuravam soluções para os defeitos da cidade. Vale lembrar, é durante a década de 1950 que se proliferam na cidade as discussões sobre a participação do poder público (neste caso, a Prefeitura Municipal) para o enfrentamento das crises econômicas vividas.

Contemporaneamente ao declínio da chamada “era do algodão”, Campina enfrentava uma dificuldade com o êxodo rural, que causava o crescimento desordenado na cidade. Para a elite campinense, o principal problema da cidade seria como prestar assistência a todas essas demandas emergentes.

Segundo Alarcon Agra do Ó (2006), os intelectuais de Campina Grande passaram a enfatizar a ânsia pelo desenvolvimento tida como uma premência na cidade:

Há um certo tempo produziu-se, em Campina Grande, no interior da Paraíba, a percepção de que a cidade experienciava um caos, do qual decorria uma *necessidade* de organização. O tempo presente parecia, para estas vozes, uma fonte desagradável de experiências parcelares e destituídas de um sentido mais palpável, e sentia-se a falta de um projeto definido para a construção do futuro. O amanhã, esperava-se, deveria ser bem planejado desde logo, para que fossem evitadas surpresas desagradáveis. (AGRA DO Ó, 2006, p. 9).

Para os grupos de intelectuais de Campina Grande, a situação de desorganização da cidade advinha de uma falta de planejamento, aliada a uma ausência de expectativas sobre seu futuro, com poucos investimentos nas áreas tidas estratégicas. Enquanto planos e projetos políticos começavam a figurar pelo país, o município não apresentava claramente um projeto bem definido, e as discussões se faziam necessárias para dar “ordem” ao momento vivido. É durante esse período que o desenvolvimentismo ganha força entre os pensadores locais, e com o apoio irrestrito da elite local, tal ideologia ganha legitimidade de execução.

De acordo com o mesmo autor, o método de aplicação do desenvolvimentismo na cidade era especulado perpassar pelo seu sistema educacional:

Ora, aqueles eram anos em que muitas vozes garantiam ardentemente que o desenvolvimento (a maximização do progresso capitalista) deveria ser alcançado pelo Brasil, custasse o que custasse, sob pena do país desencontrar-se definitivamente com o mundo moderno. Para estes arautos da *necessidade* do *desenvolvimento nacional* uma forma de realizar esse sonho era o reaparelhamento da educação no Brasil. (AGRA DO Ó, 2006, p. 10).

Tendo em vista a existência de uma demanda de mão-de-obra especializada nas recém-instaladas fábricas da cidade, é perceptível a conexão do desenvolvimentismo com a política voltada ao investimento no sistema educacional público. Após as medidas de incentivo à organização de um polo industrial na

cidade, aumentando a oferta de empregos, faltava agora a possibilidade de especialização a fim de preencher as vagas criadas.

O início das atividades do SENAI em Campina Grande, no ano de 1950, representa uma das primeiras medidas para reforçar a estrutura da educação na cidade, fornecendo à comunidade cursos de nível técnico e profissionalizante, destinado àqueles que terminavam o 2º grau (atual ensino médio). Ora, o SENAI é, efetivamente, uma instituição privada, afiliada à Confederação Nacional das Indústrias; ainda assim, é de interesse público, e os incentivos do governo são importantes para a instalação de novas unidades.

Durante o período, surgiu, junto com a necessidade do progresso, a demanda pelo ensino superior – modalidade de ensino além do ensino técnico, defendida inclusive pelos próprios jovens que já estavam em uma instituição de ensino superior em outros centros urbanos, mas que exigiam para Campina Grande uma instituição tal qual aquelas encontradas além das fronteiras da cidade. Organizados através da congregação denominada União Universitária Campinense (presidida por Edvaldo do Ó), a população mais jovem da cidade que já tinha acesso ao ensino superior engrossou o coro por um projeto para o ensino superior.

Quanto à procura pelo ensino por parte das elites campinenses, Alarcon Agra do Ó novamente comenta:

Percebe-se que a educação, naqueles anos, estava sendo constituída como um espaço privilegiado para a consecução de desejos. Só que estas cargas desejantes que se manifestavam nos debates sobre a educação articulavam-se com surpreendente plasticidade a projetos mais globais, como se a mudança na educação fosse apenas e tão somente um momento a mais num redesenho de toda a sociedade. Cada postura desenhava um perfil singular para seus objetos, mas todas se ligavam na crença iluminista de que o saber – consciência – traria a concretização de uma nova sociedade. (AGRA DO Ó, 2006, p. 14)

Pela fala do autor, pode-se inferir que os projetos da elite campinense (especificamente do grupo idealizador da Escola Politécnica) dialogavam com ideologias em evidência nacionalmente, como o desenvolvimentismo, e que a educação se apresentava como o primeiro passo de uma série de medidas que procuravam colocar Campina Grande no caminho para o progresso. O acesso à educação seria visto como um privilégio a ser conquistado, pois além de ser o primeiro passo do progresso, também seria o caminho pelo qual seriam feitos os

passos seguintes. Naturalmente, à elite seriam reservados os melhores espaços nessa nova organização.

A perspectiva de que é o sistema de ensino que construirá totalmente o futuro da cidade é inspirada, segundo o autor, das perspectivas iluministas. Percebe-se então com essa conexão outra característica do desenvolvimentismo: o entusiasmo pelo iluminismo, refletido não só pela crença na educação formadora como também pela valorização da ciência e do método científico como aliada da humanidade e único caminho possível para a evolução da sociedade. Em Campina Grande, o desenvolvimentismo apresentou-se através do incentivo à educação e à produção industrial; em uma tentativa de unir as duas frentes de ação, um projeto educacional focado no ensino superior seria apresentado como solução, mas não qualquer ensino superior, o ensino de Engenharia. Não um curso técnico, mas politécnico.

2.2 A EXECUÇÃO DO PROJETO

A experiência de uma elite regional bancar um projeto de ensino superior não é única de Campina Grande. Décadas antes, durante o contexto do governo provisório de Vargas - anterior ao Estado Novo, ganhou força em São Paulo o debate a respeito da edificação de uma instituição de ensino superior que viria para instruir os paulistas, opositores da nova ordem política instaurada. Ora, essa instrução serviria não só para o imediato presente, mas também para o futuro, objetivando uma vitória intelectual sobre o regime varguista, que caminhava para um governo totalitário e opressor. O reflexo da intenção dos paulistas na elaboração do projeto da USP⁴³ aparece ao ser observável o foco no setor de Filosofia e Ciências, como nos informa Motoyama:

(...) A Universidade de São Paulo (USP), fundada no ano de 1934, também no governo de Armando de Salles Oliveira, a qual se tornaria em pouco tempo, em um centro universitário pioneiro em investigações científicas de alto nível. O projeto da USP, elaborado por uma comissão de dez conhecidos intelectuais – entre os quais Fernando de Azevedo e Paulo Duarte – e liderado pelo entusiasmo de Júlio de Mesquita Filho, colocava de maneira singular no seu eixo central a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), apartado de objetivos imediatistas e utilitários vigentes na sociedade. (MOTOYAMA, 2004 p. 257).

⁴³ Universidade de São Paulo, instituição de ensino superior mantida pelo estado de São Paulo, fundada em 1934 reunindo várias faculdades existentes, como a Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia, todas da cidade de São Paulo.

Na contramão do que se esperava das medidas governistas no período, a iniciativa tomada pela elite paulista não se preocupava tanto com as soluções urgentes ou com as demandas do desenvolvimentismo industrial. As duas principais razões por trás dessa escolha são fáceis de identificar: As medidas que promoviam o desenvolvimento no país representava um conflito com os interesses das elites paulistas; além do fato da Escola Politécnica de São Paulo ter surgido décadas antes, em 1893, evidenciando a consolidação das Engenharias no estado.

As ideologias desenvolvimentistas, porém, não estavam totalmente em desacordo com a organização de uma universidade – na verdade, o incentivo ao ensino superior integrava o discurso das elites “progressistas” da época. O desenvolvimentismo configurara-se como um planejamento político de governos liberais, apoiados nos ideais de liberdade individual e acordos com a iniciativa privada, inauguradora de uma nova fase do capitalismo. É pertinente notar que nunca foi intenção de Getúlio Vargas se posicionar a frente de um governo liberal, daí as especificidades do desenvolvimentismo brasileiro.

A USP também será caracterizada, portanto, como uma resposta da elite paulista ao governo varguista, da qual era oposição. Segundo Shozo Motoyama, a criação da USP também se configura como um ato político:

Por certo, a USP nascia sob o signo do contraditório. Enquanto o país marchava sob uma ideologia autoritária e centralizadora com uma perspectiva imediatista, essa universidade, com enfoque liberal, apostava na pesquisa desinteressada e na educação superior de qualidade para a formação de uma elite dirigente capaz de enfrentar desafios. Ela significava uma opção política de São Paulo, depois de sua derrota pelas armas, acreditando na ciência e na cultura como meios de redenção, inclusive do ponto de vista político. (MOTOYAMA, 2004 p. 257-258).

A “pesquisa desinteressada” a que se refere o autor representa a pesquisa científico-tecnológica distante dos interesses controladores do estado ou das elites paulistas, seguindo apenas a própria ética científica como parâmetro – mais uma vez enaltecendo a ciência e o método científico como resposta. Evidentemente haveria interesses pessoais dos pesquisadores envolvidos, mas o financiamento estatal, impessoal, certamente protegeria a pesquisa realizada das influências mais “perigosas”.

Assim estavam definidas as características do desenvolvimentismo sob o governo Vargas: incentivo inicial à pesquisa científico-tecnológica em áreas consideradas “estratégicas”, defendendo a ciência como solução; o conveniente

desprezo por parte do governo central aos preceitos da liberdade de expressão e por fim a resposta e a atuação de grupos dissidentes que culminaram na reconfiguração do ensino superior nas áreas influenciadas.

Conhecedores dos sucessos de fundação da USP e de Escolas Politécnicas pelo Nordeste, como a de Pernambuco em 1912 e a da Bahia em 1897, os intelectuais que integram a parcela “técnica” da elite de Campina Grande procuraram estabelecer no cenário campinense um projeto de ensino superior, a fim de repetir a excelência alcançada por outras cidades devido à qualidade das instituições assentadas, contando sempre com o apoio do poder executivo sob os nomes de Elpídio de Almeida e Plínio Lemos, identificados com a mesma parcela intelectual da elite.

O projeto para o ensino superior na cidade de Campina Grande, em 1950, consistia em um desejo das classes sociais mais abastadas, sendo apresentado, porém, como uma solicitação de toda a população – mesmo aquela que não participou das discussões (LOPES, 1989). Através de campanhas públicas e reportagens favoráveis à execução do projeto, este foi adiante, até que em determinado momento é possível encontrar a interferência na vida do cidadão campinense em prol da ideia, através de ajuda financeira após a fundação da Escola Politécnica, como nos conta José Marques de Almeida Júnior em entrevista cedida ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em 2004:

A Escola Politécnica era muito bem recebida pela comunidade campinense, tanto que a associação dos alunos universitários que estudavam em Recife, que tinha o Edvaldo do Ó como “cabeça”, conseguiu no cinema de Campina Grande o aumento de uma pequena parcela do ingresso para ajudar a Escola Politécnica. Todos os comerciantes e industriais de Campina Grande eram favoráveis e sempre ajudaram com doações de máquinas de escrever, dinheiro, etc. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 11 apud. TORRES, p. 85, 2010).

A venda do projeto à população em geral propiciou o investimento informal para a Escola Politécnica, enquanto os órgãos fomentadores do Ensino Superior, Pesquisa e Desenvolvimento como a FUNDACT e a ATECEL⁴⁴ só foram organizados anos depois deste empreendimento. Nota-se a participação direta de Edvaldo do Ó, já membro do governo municipal, na mobilização com a população, conseguindo contato com os donos dos cinemas na cidade para que os próprios clientes do cinema patrocinassem o projeto, se tornando, efetivamente,

⁴⁴ Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, fundada em 1974.

responsáveis pela construção da Escola Politécnica. Na fala de José Marques, todos tem-se a impressão de que o projeto foi unanimidade entre os industriários campinenses. Ainda que não se possa precisar a informação, conclui-se que há um apoio dinâmico entre o poder público e a iniciativa privada para o patrocínio do projeto.

Em 22 de agosto de 1952 a União Universitária Campinense convoca uma reunião com demais representações políticas da cidade para dar início à campanha de fundação às instituições de ensino superior em Campina Grande, apresentando à selecionada sociedade presente na reunião o projeto da primeira Instituição de Ensino Superior, que abriria caminho para as IES seguintes, objetivando instruir os jovens da cidade em uma formação acadêmica de nível superior, contrastando com as formações técnicas e profissionalizantes já oferecidas na cidade através do SENAI.

Durante a reunião, projetos educacionais alternativos, oriundos de representantes de grupos cujos interesses iam de encontro com os pretendidos pela elite urbana campinense, são apresentados, mas prontamente descartados em favor do projeto por estes últimos apresentado. Reuniões posteriores foram marcadas, até que no dia 6 de setembro de 1952, a última reunião foi realizada na sede da Associação Comercial de Campina Grande para definir o projeto educacional da cidade, decidindo por uma coalizão em favor do investimento público no ensino superior da cidade.

CAPÍTULO 3

O PRIMEIRO PROJETO DA ELITE: A ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA.

Até o ano de 1950 não havia nenhuma faculdade pública em Campina Grande, ou mesmo nenhum órgão responsável por dar suporte a pesquisas científicas ou desenvolvimento tecnológico na cidade, mas exatamente quatro décadas depois, encontramos até oito instituições do tipo em atuação, sendo eles: Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – SICTCT, Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CECT, Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, Fundação Centro de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – FUNCETI, Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPESQ, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, SENAI/PB – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. (LOPES, s/d).

Essa cultura de fomento ao ensino superior e à ciência e tecnologia em Campina Grande teve início justamente com um projeto da elite campinense de criação de uma faculdade local, financiada majoritariamente através de dinheiro público. A experiência de uma elite regional propor uma experiência de ensino superior aconteceu, antes de a ideia chegar na Paraíba, em São Paulo, onde o debate a respeito da criação de uma instituição de ensino superior culminou na organização da Universidade de São Paulo – USP, mantida pelo estado de São Paulo, fundada em 1934 reunindo várias faculdades existentes, como a Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia, todas da capital, e até então privadas.

Tal qual a experiência em São Paulo, Campina Grande teve uma elite responsável pelo apoio ao desenvolvimento do ensino superior. Conhecedores dos sucessos de fundação da USP, os campinenses procuraram estabelecer no cenário local um projeto similar, a fim de repetir a excelência alcançada por outras cidades devido à qualidade das instituições assentadas – As práticas iniciam com a experiência da Escola Politécnica da Paraíba

3.1 CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA

Em seis de outubro de 1952 é declarada fundada a Escola Politécnica da Paraíba, através da lei estadual nº 792, após a última reunião realizada pelo grupo idealizador mais a presença da sociedade na Associação Comercial Campinense. A Escola é fundada com o curso de Engenharia Civil, enquanto o corpo docente seria formado por professores reconhecidos na comunidade campinense, convidados a lecionar pela direção da Escola Politécnica com salários inicialmente de valor simbólico.

Apesar da data de criação da escola ser oficialmente em 1952, seu funcionamento só viria no ano seguinte, a partir do mês de julho, através de Decreto Federal emitido pelo então presidente Getúlio Vargas. Neste ínterim, a administração da Escola Politécnica é formada, sendo composta pelos professores Kleber Cruz Marques, Ademar Xavier de Andrade, Otávio Santiago, José Dias Fernandes e Pedro Bento Collier, além dos idealizadores Antônio Moraes, Giuseppe Gioia, Max Hans e José Marques de Almeida Jr.

Durante o período entre a Escola Politécnica ter sido aprovada e o início das aulas, a administração da Escola se reúne para colocar em funcionamento a instituição, que apesar de oficialmente fundada, ainda era um projeto. A respeito desse período, José Valmi Oliveira Torres elucida as dificuldades encontradas pela administração:

(...) de acordo com [Antônio da Silva] Moraes, o projeto da Escola Politécnica passaria a enfrentar as primeiras dificuldades práticas quando este ainda estava em tramitação nas instâncias superiores de ensino, devido às críticas e restrições impostas por outras escolas de Engenharia como a do Ceará e a de Pernambuco, que se posicionavam de forma cética quanto à viabilidade da Escola. Mas a conclusão do processo só foi favorável devido à atuação das chamadas “classes conservadoras”, que através da imprensa e dos debates parlamentares, deram suporte político a essa iniciativa(...). (TORRES, 2010, p. 72.).

Importante notar a participação das “classes conservadoras” da cidade (a elite campinense) na efetivação do projeto. O apoio político que consistiu na veiculação de reportagens positivas através das mídias locais além dos debates dentro das câmaras municipais e estaduais é considerado crucial para que a Escola Politécnica entre em funcionamento. Posteriormente, o apoio à Escola através da mídia também contribuirá para a construção de uma memória sobre a instituição.

Percebe-se durante a fala do autor que os interesses das elites regionais dos estados vizinhos – especificamente os que já tinham cursos de Engenharia em funcionamento – conflitam com os interesses dos campinenses, forçando um embate entre os discursos.

Inicialmente, a Escola Politécnica começa a funcionar em um bloco do Colégio Estadual de Campina Grande, fundado em janeiro de 1953. Cedido pelo governo do Estado, O bloco do Colégio onde funcionaria a Poli definiria a totalidade de seu patrimônio: do giz usado pelos professores para escrever no quadro às estantes quase vazias da biblioteca, a Escola Politécnica correspondia apenas ao que existia dentro do Colégio.

Idealizado durante o primeiro mandato municipal de Elpídio de Almeida e inaugurado pelo seu sucessor/antecessor Plínio Lemos⁴⁵, o Colégio Estadual fazia parte da política voltada ao investimento na educação básica aplicada pelos dois prefeitos. Durante esses governos, que totalizaram quase uma década no poder estabelecendo investimentos numerosos na área da educação, o foco de sua política educacional também dava atenção ao ensino básico, como nos informa Stênio Lopes:

Elpídio de Almeida tinha um grande apreço à educação básica no município que administrava. Um dia, perguntei-lhe por que razões ele não dera prosseguimento à instalação da Faculdade de Economia criada no fim da administração de seu antecessor Plínio Lemos. Disse-me que não lhe parecia correto aplicar recursos em educação superior, quando havia tanto déficit na matrícula de crianças e adolescentes no ensino primário. No que estivesse ao seu alcance, construiria escolas na cidade e nos distritos. (LOPES, 2010 p. 42)

Sendo assim, mesmo após os numerosos investimentos conseguintes, os administradores da Escola Politécnica encontraram desafios para estabelecer a instituição, que ainda não contava com a infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso de Engenharia Civil, faltando laboratórios e equipamentos para as disciplinas práticas.

Através de negociações com o Estado protagonizadas pelo diretor Antônio Morais, a administração da Escola consegue um espaço físico próprio para a instituição, cedido por José Américo, e é feita a mudança para o prédio do então Grupo Escolar Solón de Lucena, situado no centro da cidade⁴⁶, com todas suas

⁴⁵ Elpídio de Almeida foi prefeito de Campina Grande em duas oportunidades: de 1947 a 1951 e de 1955 a 1959. Já Plínio Lemos governou entre os dois mandatos, de 1951 a 1955.

⁴⁶ Atualmente funciona no prédio uma das sedes do Museu Assis Chateaubriand, de administração da FURNe.

atividades funcionando no novo local, inclusive a biblioteca da Escola e o processo vestibular para ingresso no curso de Engenharia Civil. Na nova localidade, a Escola Politécnica permanece até 1962, quando é finalizada a construção da sua sede definitiva no bairro do Bodocongó. O prédio do Grupo Escolar, situado no centro da cidade (vizinho à prefeitura municipal, à Associação Comercial de Campina Grande e ao Grande Hotel), comportaria apenas a Escola Politécnica, e segundo os próprios administradores, era uma necessidade a mudança, ainda que para um espaço reduzido como o grupo escolar:

Pois bem, tínhamos conseguido aquele prédio para funcionar a Escola Politécnica, a sede da Escola que ia ser ali, um ambiente muito reduzido, muito limitado para uma escola técnica, que você vê hoje é quase uma cidade no bairro de Bodocongó. Mas finalmente era o jeito que tinha e a gente procurou se acomodar ali. (MORAIS, 2004, p. 10).

Como apontado por Antônio Morais, a mudança para o prédio do Grupo Escolar seria objetivamente temporária; a intenção da administração da Escola Politécnica era o funcionamento desta em um espaço que permitisse não só as atividades práticas de um curso de Engenharia Civil como também a expansão da instituição. Eventualmente, o espaço do grupo escolar, que inicialmente já não satisfazia os interesses da Poli, se tornaria insuficiente para os projetos de expansão previstos pela direção.

O espaço físico da escola se demonstrou reduzido, impossibilitando a execução de aulas práticas, tendo em vista que não existiam laboratórios no prédio. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela administração da Escola Politécnica em conseguir o imóvel, o espaço tido como “insuficiente” para a instituição foi aceito, com receio de que a Escola não conseguisse espaço próprio.

Após as reivindicações tanto de Antônio Morais quanto de José Marques, Elpídio de Almeida cria em seu segundo mandato a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica (FUNDACT), e atribui a Morais o cargo de diretor. A FUNDACT é criada com o intuito de dar suporte à Escola Politécnica da Paraíba e às demais instituições de ensino superior da cidade, além de apoiar também o ensino técnico. Segundo Torres, a FUNDACT:

(...) Tinha, entre seus objetivos, o de promover o desenvolvimento do ensino superior na cidade. Após ter sido decisiva para o sucesso da Escola Politécnica. Edvaldo de Souza do Ó e [José] Lopes de Andrade, na gestão do prefeito Williams Arruda, através da lei municipal nº 23, de 15 de março de 1966, transfere o patrimônio e renda da Fundação para a Universidade Regional do Nordeste. Assim a FUNDACT deixa de existir, ficando em seu lugar a Fundação Regional do Nordeste. Tendo sido transformada em 11 de outubro de 1987, pelo então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Buriti. Deixando de ser a Universidade Regional do Nordeste (FURNe) para

transformar-se em Universidade Estadual da Paraíba, reconhecida pelo Conselho Federal de Educação em 1996. (...). (TORRES, 2010, p.42).

À FUNDACT foi atribuído capital e terrenos adquiridos da prefeitura que por sua vez foram repassados à Escola Politécnica da Paraíba. Durante os anos finais da década de 1950, como solicitados pelo diretor Antônio Morais e o secretário do Estado Almeida Jr.. Ora, o próprio Morais assumiu simultaneamente a direção da Escola Politécnica e da FUNDACT, até Edvaldo do Ó assumir a direção, durante a década de 1960. Tendo sido Edvaldo do Ó um protagonista no projeto de criação da Escola Politécnica e um entusiasta do ensino superior na cidade, sua nomeação evidencia a organização de um único grupo à frente de todas as mobilizações no Ensino Superior. Conseqüentemente, a FUNDACT, da sua fundação à extinção em 1966, esteve nas mãos do mesmo grupo.

Segundo ALMEIDA JÚNIOR (2004), a FUNDACT:

Possuía terrenos onde hoje é a UFCG em Bodocongó. O presidente dessa fundação [Antônio Morais] propôs trocar o grupo escolar por este terreno, onde era a Escola Politécnica, mas esse terreno era ocupado pelo grupamento de Engenharia, que tinha granja, pocilgas, aviários... Era uma complementação para a alimentação do quartel, do grupamento de Engenharia de Campina Grande. Eu fui ao general, muito meu amigo, e esse grupamento de engenharia cuidava do reparo nas oficinas, do reparo da manutenção da frota, nos consertos dos veículos. Então o Coronel Queiroz me disse: vocês arrumem uma área equivalente a essa, que entrego o terreno a vocês. Ocorreu essa troca do grupo escolar Solón de Lucena com esse terreno da FUNDACT, o Prefeito deu um terreno, ou cedeu, não lembro muito bem, em Lagoa Seca, antiga Ipuarana, ao agrupamento de Engenharia, uma área maior do que essa área que eles ocupavam em Bodocongó. (ALMEIDA JÚNIOR. 2004. p 14-15)

É através da FUNDACT que Antônio Morais entra em negociação com a prefeitura municipal para a obtenção do terreno do Bodocongó. Nos conta Almeida Jr. que o terreno, destino final da Escola, estava de posse de um grupamento do exército, que concordou em trocar por outro terreno próximo à Lagoa Seca. O espaço em Lagoa Seca, de posse da prefeitura, logo passou às mãos da FUNDACT que em seguida negociou com o exército para enfim iniciar as construções da Escola Politécnica.

Após passar por sedes provisórias, de propriedade da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, a Escola Politécnica adquire seu terreno próprio, onde até hoje se situa a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e dá início à construção da central de aulas e das instalações para apoio ao curso de Engenharia Civil e possibilitar a abertura de outros cursos na área de Ciência e Tecnologia. As construções iniciaram por volta de 1960, sendo concluídas após dois anos.

Apesar de superada a dificuldade da falta de patrimônio imóvel da Escola Politécnica, outros problemas vieram à tona ainda durante a construção da sede da instituição – a principal adversidade volta a ser a questão financeira: com os recursos destinados à Escola novamente se findando, o diretor Antônio Moraes viu como saída interpelar os deputados federais no Rio de Janeiro por mais verbas para o ensino superior em Campina Grande, enquanto os outros integrantes da direção da Escola Politécnica supervisionavam a obra e aproveitavam para apelar à sociedade campinense mais apoio financeiro.

Os apelos em ambas as frentes deram resultado, tendo a direção da escola conseguido simultaneamente que a população campinense novamente doasse dinheiro e materiais de papelaria à instituição e que o último repasse de verbas destinada à construção da Escola fosse enviado. O apoio dos cidadãos à Escola concentrou-se em duas ações: através da cobrança de uma taxa adicional na entrada de dois dos cinemas da cidade (cine Babilônia e Capitólio, ambos situados no bairro central) e na venda a crédito de materiais de papelaria pelo entusiasta do projeto José Pedrosa, proprietário da Livraria Pedrosa.

Referente ao repasse financeiro, este chegou já na última fase da construção da sede da Escola Politécnica: com o piso e as paredes concluídas – permitindo que as aulas já fossem transferidas para o Bodocongó, apenas as esquadrias de madeira para portas e janelas não haviam sido instaladas, e a verba que chegava seria justamente para comprar essas esquadrias. Ao receber a verba, José Marques⁴⁷ põe em prática uma série de atitudes fora dos planejamentos da construção para beneficiar simultaneamente o destacamento do exército que realizou a troca dos terrenos, o SENAI, dirigido por Stênio Lopes e a própria Escola Politécnica.

Com o dinheiro destinado às esquadrias, José Marques compra, em vez do material pronto, ferramentas para a montagem dessas estruturas, e o dinheiro não é o suficiente nem para contratar mão-de-obra para montá-las, nem matéria prima para ser trabalhada. Com essa limitação em mente, o vice-diretor entra em contato com o SENAI para que este cedesse alunos que estavam para concluir o ensino técnico, oferecendo estágio não remunerado na carpintaria instalada no terreno do Bodocongó. Para a matéria prima, José Marques procurou o Governo do Estado

⁴⁷ Como Antônio Moraes ainda estava no Rio de Janeiro, coube a José Marques de Almeida Jr. a supervisão da construção e a direção da Escola.

para adquirir permissão para retirar madeira da Zona da Mata paraibana. Ora, a matéria prima estava a aproximadamente 100 quilômetros de distância da carpintaria, portanto, um novo problema surgiu: como fazer a extração e traslado da madeira, que viria de Rio Tinto, sem verbas sequer para contratar o lenhador? Para resolver essa dificuldade, José Marques recorreu ao Coronel Queiroz, responsável por ceder o terreno, e solicitou o transporte. O militar entregou os caminhões disponíveis com a condição de que a Escola Politécnica testasse os veículos e reparasse qualquer avaria na oficina do exército; e dessa maneira a Poli conseguiu o transporte da madeira.

O próximo problema, o da coleta da matéria prima, foi solucionado após José Marques entrar em contato com o SENAI em João Pessoa, que indicou ao vice-diretor os serviços de um habitante da região, foragido da polícia, que em troca do anonimato, ofereceu seus serviços à Escola Politécnica. Sendo assim, todas as etapas da produção das esquadrias estavam sob o controle da Poli, que usaria das instalações para o treinamento prático dos seus alunos. Essa série de negociações foi planejada pelo vice-diretor sem o consentimento dos outros representantes da Escola, como nos conta o próprio:

(...) A escola estava sendo construída, mas faltavam portas e janelas para a Escola ser fechada e funcionar. Esse dinheiro que ele [Morais] arrecadava; essas verbas, essas doações, ele repassava para o Escritório Técnico de Construção e nós aplicávamos e prestávamos contas à diretoria. Ele repassou esse dinheiro para parte das esquadrias e viajou para o Rio de Janeiro. Eu fiquei de posse desse dinheiro; não comprei nem contratei as esquadrias (...). Quando Antônio Moraes chegou ficou indignado, porque eu não fiz as esquadrias e sim, comprei uma carpintaria; me desculpei, e disse que com a carpintaria eu construía as esquadrias e servia para as aulas práticas. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p.17)

Ao falar a respeito das dificuldades técnicas que a Escola Politécnica passou até chegar à sede definitiva, José Marques mostra a capacidade dos indivíduos por trás da Escola de mobilizarem outros grupos para apoiar seu projeto de educação. O apoio da sociedade campinense e de seus respectivos representantes no congresso nacional reflete a “compra” do projeto educacional pelos campinenses, abrindo espaço para mais divulgação das atividades da Escola Politécnica e conseqüentemente mais propaganda positiva nas mídias locais; culminando no desenvolvimento de uma memória coletiva positiva sobre a instituição.

Na década de 1960, a Escola Politécnica consolida-se através de projetos de expansão, mobilizados sob a direção de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, durante a gestão 1964-1971. Esses projetos tiveram como objetivo principal fundar e

dar sustentação a novos cursos de Engenharia na Escola, sendo eles Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Junto com os novos cursos, Lynaldo Cavalcanti organizou também a pós-graduação em nível de mestrado em Engenharia Civil. Em 1976, a Escola Politécnica, junto com a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), torna-se Campus II da UFPB, através da chamada reforma cêntrica - que constituiu parte da orientação política do Governo Federal para a Educação em nível superior. Com a reforma, a Escola Politécnica da Paraíba é transformada em Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), enquanto que a FACE é transformada em Centro de Humanidades (CH).

Em 2002, através da lei nº 10.419 é criada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e o Campus II da UFPB é transformado em Campus I da nova universidade, junto com todas as instalações, discentes e docentes que usufruíam deste campus. Já no ano de 2012, o CCT da UFCG desmembra-se em mais dois centros administrativos: Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) e Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN). Hoje, o Campus I da UFCG possui espalhado nesses três centros, oito cursos de Engenharia, além de dezenas de outros cursos de ciências exatas e/ou relacionados à tecnologia, transformando a UFCG em referência para o ensino superior na Paraíba e em toda a região nordeste.

Durante todos os momentos da trajetória da Escola Politécnica – da fundação em 1952 aos dias atuais, a instituição figurou na mídia e nos discursos políticos de maneira a relacionar o desenvolvimento do ensino superior com a história de Campina Grande, atribuindo às características da cidade e de seus cidadãos a razão da Escola ter surgido, se expandido e se tornado referência em vários cursos de ensino superior oferecidos.

3.2 – A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA SOBRE A ESCOLA POLITÉCNICA

Todos os indivíduos têm uma memória sobre o passado ao qual se apegam; é uma condição da humanidade e uma característica definidora da memória enquanto função biológica. Além de uma função biológica, a memória também é uma função social, na medida em que o indivíduo utiliza dessa função a fim de reforçar momentos anteriores considerados importantes para sua história e definidores de sua condição atual.

A memória que é estudada e definida pelos historiadores constitui-se então de uma função biológica humana aplicada socialmente, que recorre a momentos pré-selecionados do passado através da construção de um discurso, com o intuito de legitimar o espaço ocupado no presente. O caráter psicológico da memória também figura como objeto de estudo da história - ainda que seja utilizada em menor escala – pois a formação das memórias no ser humano, por ser uma função também dependente de estímulos externos (não só interações sociais mas também relações com novas tecnologias, vivência de traumas, etc.), é caracterizada socialmente, fazendo com que a própria maneira de como é constituída a memória nos seres humanos se torne tema para pesquisas históricas. (LE GOFF, 1988).

Sociedade é, por definição, um conjunto, uma “união de pessoas ligadas por ideias ou por algum interesse comum”⁴⁸, logo, um agrupamento de indivíduos que possuem memória. Sendo assim, uma sociedade contém várias memórias em sua composição; eventualmente, as memórias mais recorrentes (independentemente do motivo da recorrência) se mostrarão mais persistentes, contribuindo para a construção da memória da própria sociedade, ocasionalmente distinguindo as memórias individuais de uma memória coletiva, ainda que esta última seja composta pela primeira. Conhecendo o potencial da memória coletiva e a capacidade desta de validar discursos, os grupos que possuem maior acesso às ferramentas formadoras de opinião fazem uso destas para moldarem-na de acordo com seus interesses, consistentes na repetição de um discurso e/ou silenciamento de discursos dissidentes (POLLAK, 1989).

O exemplo de Campina Grande torna-se evidente ao analisar as produções midiáticas a respeito da cidade, havendo uma memória específica sobre ela relativamente definida, situando-a como um lugar constituído por líderes bem-informados, políticos astutos e uma população com o espírito empreendedor e inovador. Até os dias atuais, os políticos da cidade utilizam dessa memória coletiva para atribuir a Campina Grande um sucesso em seu desenvolvimento – não sem atribuir a eles próprios uma parcela da responsabilidade.

Exemplos do uso dessa memória de Campina Grande podem ser encontrados nos símbolos oficiais que representam a cidade, como o seu brasão oficial. A utilização (e a própria oficialização) desses símbolos para propagandear

⁴⁸ Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/sociedade> acesso em 29 nov. 2019.

um discurso representa a possibilidade de apropriação da memória coletiva da cidade. Em meio à possibilidade de plurais discursos, também é digno de nota o discurso oficial a respeito da cidade, perpetuado pelos órgãos públicos municipais desde 1974⁴⁹. Instituído através de Lei Municipal, o Brasão de Armas traz inscrita uma frase que almeja ser uma definição para Campina Grande: *Solum Inter Plurima*, ou “única entre muitas”, traduzido do latim.



Figura 1: Brasão de Armas de Campina Grande⁵⁰

O Brasão é constituído pelo escudo em verde atravessado por uma faixa em forma de “V” invertido na cor dourada. Em cada um dos três segmentos que a faixa divide, uma espada na vertical na mesma cor dourada se faz presente. De acordo com os proponentes do símbolo, cada aspecto no escudo faz alusão a uma situação ou característica campinense: O verde representa o campo onde a cidade foi fundada, a faixa, que cruza o campo, representa as riquezas trazidas para o local, enquanto as espadas simbolizam as revoluções lutadas por habitantes de Campina

⁴⁹ Dentro do contexto da Ditadura Militar, a propagação de símbolos com temáticas voltadas ao exército e a conflitos republicanos e/ou nacionalistas se prolifera em todo o Brasil, e a consequência em Campina Grande é justamente a criação do brasão que reúne torres e espadas.

⁵⁰ Fonte: <https://www.campinagrande.pb.gov.br/governo/simbolos/> acesso em: 27 fev. 2018.

Grande durante a Era Imperial: a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824 e a Revolução Praieira em 1848.

A partir de 1952 a prática de formação de opinião começa a utilizar da Escola Politécnica da Paraíba para justificar o lugar de Campina Grande, enquanto que a ênfase da mídia na escola cresce em 1957 com as práticas do Diário da Borborema. Além da demanda de educação de ensino superior existente em Campina Grande - argumento utilizado pela elite campinense para justificar sua criação - a Escola Politécnica viria para inserir Campina Grande no “caminho para o desenvolvimento”, visto que essa mesma elite enxergava a criação de uma instituição de ensino superior como a melhor solução para o progresso da cidade (SOUZA DO Ó, 1960) – os cursos escolhidos como pioneiros para a Escola Politécnica (Engenharia Civil, seguido de Eng. Elétrica e Eng. Mecânica) evidenciam a posição ideológica desenvolvimentista.

Desde o início do funcionamento da Escola, em 1954, personagens conhecidos na cidade, como políticos ou jornalistas, anunciam o “sucesso da Poli”, como sendo a primeira grande instituição de ensino superior em Campina Grande, argumentando também que a criação da Escola só foi possível graças ao empenho dos habitantes da cidade, que teriam demonstrado competência e generosidade ao pôr em prática um projeto de tamanha importância na vida dos cidadãos. Um exemplo dessa argumentação é a narrativa contada por José Marques de Almeida Jr. sobre os últimos momentos da construção do prédio da Escola: contada à sua perspectiva, as ações tomadas aparentam uma vontade fora do comum, e mostram apenas a dedicação e o trabalho como responsáveis pelo sucesso da empreitada, ignorando a importância das conexões políticas e possíveis favorecimentos oferecidos à pessoa de José Marques.

Um veículo midiático importante para a construção da memória coletiva de Campina Grande é o Diário da Borborema, periódico local de alcance em toda a cidade que circulou de 1957 a 2012. Podemos analisar reportagens e crônicas presentes nesse jornal a fim de verificar o método utilizado pela elite campinense apologista da Escola Politécnica para validar o seu discurso e reforçar a sua versão da memória da cidade. O representante dos Diários Associados em Campina Grande propagava na medida do possível os pontos de vista de desenvolvimentistas e apontava o caminho do progresso através do incentivo do estado à iniciativa

privada, explorando opiniões endossadas por especialistas, apresentados como aptos a discutir o tema.

O apoio da mídia contemporânea a essa ideologia não é especificidade de Campina Grande. Outros periódicos no Brasil reiteram a perspectiva de que há um único caminho para o progresso, e que esse caminho é a partir das medidas tipicamente desenvolvimentistas. É o caso do jornal O Estado de Minas, nos anos 1950 (também de propriedade dos Diários Associados), como nos mostra Cardoso:

O jornal *Estado de Minas* foi um divulgador destas políticas de governo, publicando em suas páginas artigos que enfatizavam propostas para retirar Minas do atraso, dando ênfase aos investimentos em áreas estratégicas e na luta do empresariado pelo "engrandecimento de Minas". Tão importante quanto realizar as obras que compunham os planos de governo era trabalhar a imagem das realizações na ótica da positividade. (CARDOSO, 2015, p. 149).

A adesão à ideologia desenvolvimentista em Campina Grande também atraiu a prática jornalística de enaltecer as obras políticas nas áreas consideradas estratégicas (referente às áreas de atuação que, com o devido investimento, beneficia a toda a sociedade, acarretando em uma melhoria de vida para todos que possam usufruir da tecnologia) e divulgar os benefícios que as indústrias podem trazer a uma cidade. O método dos Diários Associados, aplicado pelo Diário da Borborema, é perceptível através da análise das crônicas publicadas pelo jornal.

Os anos de 1950 no Brasil são caracterizados pela sensível influência do contexto mundial do período posterior à Segunda Guerra Mundial tanto no aspecto econômico quanto no político. No sistema capitalista, deveria predominar o imediatismo tecnológico e o incentivo do estado nas áreas onde a iniciativa privada não pudesse desenvolver-se desajudada. Devido ao desenvolvimentismo predominar entre as ideologias discutidas pelas elites urbanas no país, a prática jornalística também se adequa aos ditames dessa política, tendo em vista que a mídia é um aparelho sob a administração dessas mesmas elites. A influência das ideologias preferidas pelas elites no jornalismo também é explorada por Cardoso:

Inserido nestas décadas de mudanças, o jornalismo brasileiro começa a apresentar outro perfil. Privilegiando a narrativa, os artigos possibilitavam ao leitor o acesso rápido aos principais acontecimentos do dia, selecionados pelo jornal. É possível observar certa padronização nos maiores jornais do país e o *Estado de Minas* é um exemplo disso: títulos em destaque, com subtítulos indicando o acontecimento relatado – inauguração, homenagem, comemoração ou outro -, notícias em colunas, imagens em destaque nas notícias consideradas principais e sempre enfocando o presente do acontecimento. Com aparência de neutralidade e "divulgador de

verdades”, o sentido político da publicação é percebido no que é escolhido como matéria e nos espaços que cada uma delas ocupa nas páginas do jornal. (CARDOSO, 2015, p. 155)

O método utilizado no jornal pesquisado pela autora é bastante similar ao *modus operandi* do Diário da Borborema, como veremos adiante. Na medida em que as políticas econômicas pregam um imediatismo aliado ao apoio sistemático do estado à iniciativa privada, os jornais dão preferência às parcerias mais recentes e bem-sucedidas entre essas duas partes. A escolha do que deve virar notícia não é aleatória ou impensada: também segue os princípios editoriais – semelhantes através de todos os Diários Associados - que regem os jornais. A metodologia de apresentar as notícias de maneira aparentemente “neutras” no aspecto político coincide não só com os ditames do desenvolvimentismo como também com a própria prática da elite urbana campinense de alegar neutralidade e se considerarem “apolíticos”, ainda que tenham evidente conexão com os grupos diretamente no poder na Paraíba.

Convidar “autoridades” nos assuntos estratégicos era outra prática que se tornou comum entre os jornais da época. Ocasionalmente, os jornais abriam espaços em colunas e reportagens para que representantes das indústrias, tecnólogos e demais especialistas expusessem nas páginas diárias os fatos considerados importantes para esses conhecedores, normalmente acompanhado de explicações ou opiniões exaltando os responsáveis e procurando difundir certo “otimismo” para o desenvolvimento industrial, desprezando qualquer possível desavença e frequentemente ignorando reivindicações trabalhistas que surgissem no contexto dessas empresas (CARDOSO, 2015).

Um exemplo dessas práticas na cidade de Campina Grande está na participação de Stênio Lopes e José Lopes de Andrade como cronistas do Diário da Borborema. Como já exposto nesse trabalho, tanto Stênio quanto Lopes de Andrade estiveram por trás do projeto de ensino superior para Campina Grande, sendo entusiastas da Escola Politécnica e fazendo parte inclusive de seu corpo docente. Ao fazer parte também da equipe do Diário da Borborema, Stênio Lopes e Lopes de Andrade representariam diretamente os interesses e as opiniões da elite campinense, incorporando os papéis de conhecedores da “causa industrial”.

Em uma coluna específica, intitulada “Rosa dos Ventos”⁵¹, Stênio Lopes aproveitava seu espaço para propagandear o cotidiano da Escola Politécnica, deixando em evidência os “principais acontecimentos” da instituição. Em 2 de dezembro de 1961, Stênio reserva a coluna para saudar os alunos recém-formados da Escola Politécnica, não sem enfatizar a importância de se ter novos profissionais formados em Campina Grande disponíveis no mercado:

(...) Nesta crônica, quero saudar os jovens engenheirandos: Moita, Dahia. Terei pena de não estar presente a sua festa, pois naquele mesmo dia nas suas mesmas horas de cerimônias festivas de recepção dos diplomas, estarei querendo Deus acompanhando outros amigos: os da Faculdade de Filosofia.

Podem eles estar certos de que, presentes ou ausentes, todos os amigos da Escola Politécnica lhes desejarão, no dia 8 de dezembro, os melhores votos de felicidade e êxito na vida. É mais uma turma que deixa a Escola e é como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem. Lembrem-se Dahia, Paiva e Moita de que a Escola Politécnica precisa mais deles agora do que eles precisam da Escola. Se mostrarem no exercício de sua profissão de engenheiros e competência profissional que devem ter haurido dos cursos, a decência e a dignidade que, acima dos conhecimentos científicos e técnicos, valem e brilham mais nos homens e mais necessários são à sociedade, se derem por seu comportamento profissional e moral a prova do que foi e é a Escola Politécnica uma verdadeira matriz de perfeitos cidadãos, úteis à sua Pátria. O conceito e prestígio de uma entidade educacional não estão em seu prédio, em suas instalações, nem mesmo em seus professores: residem nos alunos que forma.

Todos somos testemunhas do esforço empreendido pela direção da Escola para dotá-la de bons mestres, inclusive quando mandou buscar nos mais adiantados centros técnicos do Sul do país aqueles professores pagos pela COSUPI [Comissão Supervisora do Plano dos Institutos] e que deixaram, realmente na Escola um caminho. Não importa isto em que dizer que os outros professores, os recrutados em nosso meio próprio meio, não fossem bons. Ao contrário, a grande maioria era de primeira qualidade, tendo ademais um fator primordial a valorizar-lhes a capacidade: o amor que sempre dedicaram à sua Escola.

Outras gerações de estudantes passaram pela Escola Politécnica. Mas em verdades, não podem desejar senão que eles, se não puderem ser melhor, sejam ao menos do padrão do que até hoje encerraram ali a sua fase de preparação próxima e diretamente para a vida⁵². (TORRES 2010, p. 65).

A respeito dessa crônica, Torres analisa:

⁵¹ A rosa dos ventos é um símbolo que representa os pontos cardeais. Ao ler um mapa, é a rosa dos ventos a encarregada de indicar o “norte” da região, ajudando o viajante a tomar o rumo correto em sua jornada.

⁵² LOPES. Stênio. “Rosas dos Ventos”. Diário da Borborema. Campina Grande: 02 de dezembro de 1961.

Podemos perceber que o editorial nos informa sobre a formação de alunos dos cursos de Filosofia, da Faculdade de Filosofia (FAFI) e de Engenharia Civil, da Politécnica, não se dando ao trabalho de fazer nenhum comentário sobre a formatura dos primeiros, pois mesmo tendo uma formação humanista, ela não se deslumbra muito com os filósofos que estavam acabando de se formar. Porém, ao se referir aos formados da quarta turma de engenheiros da Escola Politécnica, esses foram lembrados pelo próprio nome, como Alberto Dahia, Alceu Vilola Paiva e Adalberto Machado Moita. (TORRES, 2010, P. 65).

Na crônica, vemos a preocupação de Stênio Lopes com o trabalho realizado pelas instituições de Ensino Superior em Campina Grande, formando turmas de graduados prontos para engajar no mercado de trabalho. No decorrer do texto torna-se perceptível a importância maior destinada aos formados em engenharia, preterindo os graduados em filosofia (apesar de estar presente na solenidade destes últimos) na sua homenagem. Em sua dissertação de mestrado, publicada em 2010, José Valmi Torres discute essa prática de Stênio Lopes, que mesmo possuindo formação nas ciências humanas, dá mais espaço aos formados em Engenharia Civil, tratando-os como profissionais de futuro promissor, não sem lembrar ao leitor da importância da instituição que os formaram.

É pertinente também perceber a apologia à Escola Politécnica realizada por Stênio Lopes na crônica. Por fazer parte da elite que apoiava e estava por trás da Poli, Lopes é reconhecido como “qualificado” para caracterizá-la, situando a instituição como um patrimônio da cidade, formadora não só de profissionais (que pelo simples exercício da função já ajudariam a sociedade), mas também de indivíduos “completos”, de conduta moral e ética de acordo com o que se era desejado em um comportamento exemplar. A própria conduta desses novos profissionais serviria para reforçar a Escola Politécnica como um espaço de aprendizado não só científico/tecnológico, mas também humanístico: Nessa instituição se aprende a ser um cidadão.

O empenho dos administradores da Escola Politécnica também é lembrado por Stênio na crônica. O autor lembra aos leitores as medidas tomadas pelos responsáveis da Escola a fim de dinamizar a formação dos alunos, enfatizando na relação positiva que a instituição tinha com outros centros tecnológicos, providenciando um intercâmbio de conhecimento valioso para os graduandos. Paralelamente, a participação dos professores da região também é enaltecida,

sendo elogiados pelo esforço passional que aplicam diariamente nos cursos ministrados.

A Escola também é compreendida, segundo a opinião veiculada pelo Diário, como um dos maiores patrimônios de Campina Grande, fruto do trabalho e da dedicação de toda a população, responsável direta pelo início das atividades da Escola Politécnica e pelo seu posterior sucesso; é apresentada como reflexo da própria cidade e sua sociedade: um espaço formado através do trabalho, frequentado por indivíduos que almejam o desenvolvimento próprio e da cidade.

Em um editorial escrito por José Lopes de Andrade em 1958, a aproximação entre a Escola Politécnica e a cidade na qual está sediada é a característica mais trabalhada:

A diplomação da primeira turma de engenheiros civis pela Escola Politécnica da nossa cidade é um acontecimento de relevo que deve ser ressaltado convenientemente. Campina Grande pode hoje orgulhar-se de contar com uma Escola Superior que nenhuma outra cidade, no interior do país em toda a região Norte e Nordeste, conseguiu instituir e manter. Tal fato mostra o espírito de iniciativa dos campinenses e revela um sentido de iniciação de nossos técnicos e líderes sociais para problemas objetivos. Quando uma cidade interiorana criar uma Escola Superior, prefere via de regra, Direito, Farmácia, até mesmo Filosofia que são estabelecimentos pouco exigentes em matéria de equipamento, podendo ainda dispor de pessoal mais facilmente encontrável para a manutenção dos seus cursos. A existência de uma Escola Politécnica numa cidade de interior é sinal de que essa cidade já conta com certo respeitável número de técnicos, o que por si só indica progresso. Ora, Campina Grande vem mantendo sua Escola de Engenharia em condições bastante favoráveis. Uma equipe de engenheiros competentes e idealistas vem sustentando os difíceis encargos que implica a preparação de engenheiros civis. E não é só isso. Há um espírito de renovação do ensino de engenharia na Escola Politécnica de Campina Grande. Ela pretende formar profissionais para o tipo de trabalho existente na região, onde departamentos de construções do Governo vêm importando técnico de outras áreas, encontrando por sinal dificuldades no preenchimento dos seus quadro de engenheiros. Poucas capitais dos Estados do Norte e Nordeste possuem Escola de Engenharia. A de Fortaleza, por exemplo, que é a segunda mais importante cidade da região Nordeste, como Natal, Teresina, e São Luiz não possuem Escola de Engenharia, têm aproximadamente o mesmo período de existência da de Campina Grande. E a da Capital foi criada pelo governo da União! A Politécnica de Campina Grande constitui-se assim a mais viva demonstração da capacidade de realização dos campinenses. Ela deve ser considerada a menina dos olhos de nosso aparelho de ensino superior, resultado do esforço do idealismo de um grupo de profissionais dos mais ativos e capacitados de todo o Nordeste⁵³ (TORRES, 2010, p. 62)

Em seu texto, Lopes de Andrade defende a Escola Politécnica como o maior exemplo da “determinação” dos campinenses e de suas conquistas pelo progresso. No editorial, o autor argumenta para os leitores que Campina Grande é uma cidade

⁵³ ANDRADE, José Lopes de. Editorial publicado pelo *Diário da Borborema* em 16/12/1958.

pioneira, e que mesmo sendo uma cidade de porte menor e no interior da região Nordeste, é capaz de se manter em par com centros maiores e de maior tradição nas áreas que a Escola atua. Como no exemplo trazido de Stênio Lopes, os indivíduos que fazem a Escola são elogiados pelo empenho que designam à sua função, reforçando a identidade dos cidadãos que compõem a cidade como trabalhadores dedicados.

Já nos últimos momentos do editorial, o autor defende tratar a Escola Politécnica como a “menina dos olhos” do ensino superior na cidade, ou seja, dar preferência deliberada à referida instituição, que, por ser produto da própria sociedade campinense, também seria a mais ativa e produtiva dentre as instituições – como se as outras faculdades contemporâneas à Escola também não tivessem sido idealizadas e formadas por campinenses. O enfoque à Escola e a predileção pelo trabalho nela realizada pode ser traçado até a ideologia de teor imediatista do desenvolvimentismo, aliada à memória criada sobre Campina Grande que já a situa como um espaço do progresso tecnológico.

A Escola Politécnica é propagandeada desde os seus primeiros anos de funcionamento, e as características que definem essa instituição de ensino superior contribuem para a formação de uma memória de Campina Grande favorável aos ideais de sua elite. Tendo em vista a Escola ser um projeto pioneiro no estado, voltado à ciência, tecnologia e ao desenvolvimento, fundada apesar das dificuldades financeiras e com o apoio de toda a população, a identificação da cidade com a própria Escola é facilitada também através de notícias como as trazidas a este trabalho⁵⁴. São definições da Escola que, perpetuados pelos discursos produzidos por seus idealizadores, adquirem legitimidade e tornam-se descrições consentidas pelos interlocutores.

É através da Escola Politécnica que a memória sobre Campina Grande se desenvolve a partir dos anos de 1950, considerando que a Escola é apresentada apenas com características positivas, enaltecendo a capacidade da cidade e de seus habitantes de criar uma instituição de ensino superior com a própria força de vontade; além de se tornar uma ferramenta que justifica os *slogans* futuros da cidade, que se edificam a partir da história dessa instituição: É a “Capital do

⁵⁴ Em sua dissertação de Mestrado, concluída em 2010, José Valmi Oliveira Torres apresenta e analisa essas e outras publicações do Diário da Borborema, objetivando refletir criticamente sobre a construção do imaginário desenvolvimentista na cidade, que perpassa pelo próprio imaginário da Escola Politécnica da Paraíba.

Trabalho”⁵⁵ graças às oportunidades de emprego que surgem após o assentamento da Escola e à vontade dos que fazem a Escola de continuarem trabalhando, é a “cidade da inovação” graças à cultura em inovação, ciência e tecnologia iniciada com a fundação da Escola, perpetuada até os dias de hoje, através da UFCG.

A construção de discursos sobre Campina Grande com o intuito de criar uma memória coletiva sobre a cidade frequentemente utiliza dessa “cultura da tecnologia e inovação”. Não é a única estratégia utilizada para a formação da memória coletiva/memória oficial de Campina Grande, mas, decerto, é a mais presente desde o início do século XX. O caso de Campina Grande e Escola Politécnica da Paraíba representa a possibilidade de uma memória institucional dialogar com a memória coletiva de uma cidade, havendo influências mútuas na construção dessas duas memórias, que, certamente, são incorporadas e repassadas de acordo com os interesses de cada um que se utilize dessas memórias para justificar um posicionamento próprio.

⁵⁵ O apelido, cunhado por Raimundo Asfora em discurso quando vereador (1955-1959) é utilizado até os dias atuais para se referir à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos de 1950, Campina Grande ficou marcada pelos projetos que procuravam mudar a face da cidade. Elaborados por uma elite intelectual endossada pelas elites econômicas locais, tais projetos obtiveram sucesso ao executar a criação de várias faculdades que existem até hoje concentradas nas universidades públicas locais, e Campina agora ganha a alcunha de *Tech City*⁵⁶, enaltecendo o vínculo com o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. A cultura local de empreendedorismo e comércio se fundiu com a cultura pretendida de cidade universitária, tendo hoje várias instituições de ensino superior, privadas e públicas, como referências regionais e nacionais.

Essa elite urbana intelectual de Campina Grande, composta por políticos semiprofissionais, idealizaram para a cidade um projeto de ensino superior, composto por uma rede de órgãos públicos patrocinadores do ensino a fim de suprir ao mesmo tempo a necessidade da indústria e a demanda dos jovens campinenses, que procuravam por formação e possibilidade de especialização.

O grupo idealizador da Escola Politécnica caracteriza-se como uma elite devido às suas práticas identificáveis: profissionais liberais de poder aquisitivo considerável, contato direto com os políticos no poder - apesar de não se candidatarem a cargos elegíveis por voto direto, representantes dos interesses industriários na cidade e formadores de opinião através das mídias de massa. Devido ao acesso exclusivo aos caminhos facilitadores do poder, o grupo idealizador consegue por em prática seu projeto, e com o apoio popular, consolidam o Ensino Superior em Campina Grande. Tendo como principal Articulador o economista Edvaldo de Sousa do ó, a elite campinense consegue o decreto autorizando a criação da Escola em Outubro de 1952, aproximadamente dois anos após o início das discussões sobre o ensino na cidade.

A procura pelo progresso e desenvolvimento, argumento utilizado pelo grupo idealizador, não era vontade única da elite campinense. Foi, na verdade, consequência de discussões realizadas no Brasil e no mundo a respeito das medidas a serem tomadas pelos líderes políticos em prol da continuidade do desenvolvimento econômico dos países capitalistas. É nos anos de 1950 no Brasil que o desenvolvimentismo ganha força, e seus preceitos, aceitos majoritariamente entre as camadas populares mais abastadas. A consequência direta dessa ideologia no Brasil foi o crescimento repentino da indústria e o investimento do estado em infraestrutura para o desenvolvimento da iniciativa privada, além do evidente aumento na procura por cursos de nível técnico e superior na área das Engenharias.

⁵⁶ Devido ao número elevado de softwares produzidos na cidade, referência em ciências da computação.

Os discursos que serviram como ferramenta de persuasão da elite campinense acarretou também no modo como foi construída a memória sobre Campina Grande e a relação da cidade com a área da Ciência e Tecnologia. Criou-se na cidade um sentimento de pertencimento à trajetória do Ensino Superior no local. A primeira instituição, Escola Politécnica, foi apresentada como o produto do trabalho de todos os campinenses, um feito de se ter orgulho. Sendo propagandeada até como uma inevitabilidade histórica: como se Campina Grande, cidade destinada a grandes feitos, criasse uma universidade apenas com a própria força de vontade. Tão grande é a força da propaganda, que o discurso se repete até os dias de hoje, se fazendo presente inclusive em narrativas produzidas por políticos locais.

A execução deste projeto torna perceptível a capacidade de atuação de uma elite bem organizada. Quando esta age em seus interesses, utiliza de todos os métodos ao alcance, mobilizando contatos próximos e até grupos alheios aos seus objetivos. Em Campina Grande, a elite procurando estabelecer uma cultura de ensino superior na cidade (de acordo com o que esperava o desenvolvimentismo sobre a educação), sensibilizou a opinião pública com sucesso.

Atualmente, a UFCG é uma instituição presente no imaginário do cidadão que mora em Campina Grande e região. Para os jovens, é um privilégio desejável ingressar em um das dezenas de cursos ofertados em seus Campi. Aos que não se interessam ou não têm oportunidade de participar dessa história, há o reconhecimento de que a universidade é um dos maiores patrimônios da cidade.

Todo o esforço designado a esse projeto de ensino superior, que porventura modificou o paradigma de toda a cidade, começa a partir do interesse da elite de Campina Grande, que, de tanto acreditar no Século das Luzes, defendia a necessidade de se trazer uma chama eterna que afastasse de vez as sombras da ignorância e do atraso econômico, uma luz imarcescível: a Escola Politécnica da Paraíba.

FONTES:**1) Fontes Orais**

Antônio da Silva Moraes. 18 de dezembro de 2004.

José Marques de Almeida Júnior. 25 de junho de 2004.

José Stênio de Lucena Lopes. 28 de julho de 2004.

2) Periódicos

Jornal O Rebate. Acervo da Secretaria de Cultura de Campina Grande

Jornal Diário da Borborema. Acervo da Secretaria de Cultura de Campina Grande

3) Boletins Informativos

Boletim de Campina Grande. 1956. Acervo da Secretaria de Cultura de Campina Grande

Boletim de Campina Grande. 1957. Acervo da Secretaria de Cultura de Campina Grande

Boletim de Campina Grande 1958. Acervo da Secretaria de Cultura de Campina Grande

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades**. Campina Grande: EDUFCCG, 2006.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro, **A ciranda da Política Campinense: 1945/1964**. P. 79-99. in: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. tradução de Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007..
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Desenvolvimento e modernização nas páginas do jornal *Estado de Minas* nos anos 1950**. In: PAULA, Dilma Andrade de, CORRÊA, Maria Letícia (org.). **Intelectuais e Desenvolvimento. Perspectivas da pesquisa em história**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. , 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CODATO, Adriano. **A transformação do universo das elites no Brasil pós-1930: uma crítica sociológica**. In: HEINZ, Flávio Madureira. **História Social de Elites**. pp. 56-74. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1981.
- GOMES, Angela de Castro (Coord.) **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2ª ed. São Paulo: Unicamp, 1992.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste**. Campina Grande: Tecnal, s/d.

_____. **Campina Grande e Seu Destino: Uma Cidade de Muitas Conquistas e uma Grave Ameaça**. Campina Grande: Eduepb, 2014.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas 2 ed.** — São Paulo : Contexto, 2008.

RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Itan Pereira Da. **EDVALDO DO Ó: UM TROPEIRO DA BORBOREMA**. Campina Grande: Editora Caravela, 1999.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)** In: **Revista Brasileira de História**. v. 23, nº 46, pp. 61-92. São Paulo, 2003.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. Politécnica. **Primeira Escola Superior de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda., s/d.

SYLVESTRE, Josué. **A Trajetória Interrompida de Félix Araújo**. João Pessoa: A União, 2004.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulon. 96, p. 87-103, July 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200007&lng=en&nrm=iso